

Dezembro 2006

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Dw

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Agosto de 2003 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais:

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Mercado Informal e Microfinanças](#)
3. [Governança e Descentralização](#)
4. [Eleições e Educação Cívica](#)
5. [Educação, Juventude e Criança](#)
6. [Terra, Habitação e Urbanização](#)
7. [Serviços Básicos](#)
8. [Paz e Reconciliação](#)

As fontes monitoradas são:

- **Jornais:** Jornal de Angola, Agora, Semanário Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, e o Semanário Africa.

- **Websites:** Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.

O Corpo das notícias não é alterado.

Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

A Redação

Genérico

Redação Waldney Oliveira

Conselho de Edição e Revisão:

Allan Cain, Fabrice Beutler,
Beat Weber, Pacheco Ilinga,
Katuzolo Paulina, Gelson Gaspar,
Azancoth, Massomba Dominique

Editado por:

Development Workshop-Angola

Endereço:

Rua Rei Katyavala 113,
C.P. 3360, Luanda - Angola

Telefone:

+(244 2) 448371 / 77 / 66

Email:

cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de:

LUPP (Programa de Redução
a Pobreza Urbana de Luanda),
DFID e Embaixada da Noruega

INDICE

1 Redução da Pobreza e Economia	1
1.1 Banco mundial identifica seis areas.....	1
1.2 País tem condições para combater a pobreza	1
1.3 Sociedade civil deve influenciar o poder em beneficio do pobres	2
1.4 Economia vai bem mas.....	2
1.5 Governo aumenta orçamento para 2007	3
1.6 PAM deixa dez familias quase mendiga.....	3
1.7 Bancos concedem mais USD 1.39 bilhão á economia.....	4
1.8 Crescimento do país favorece combate á pobreza	5
2 Mercado Informal e Microfinanças	6
2.1 Luanda terá novos mercados municipais.....	6
2.2 Treze mil angolanos beneficiam do programa de KixiCredito	6
2.3 Programa Kixicredito	7
3 Eleições e Educação Cívica	9
3.1 Lider catolico defende reforço de educação para a democracia	9
3.2 Coordenador da Cipe garante segurança às brigadas de registo no Kuando Kubango.....	9
3.3 Multiplos problemas com o registo eleitoral no kuanza sul	10
3.4 Registo eleitoral no Kuanza-sul satisfaz coordenador do Cipe.....	10
3.5 Luanda ultrapassou os 98 mil registos eleitorais	11
3.6 Registados mais de 20 mil cidadãos no Bié	11
3.7 Chibia ja cadastrou acima de cinco mil populares.....	12
3.8 Angola deve ter eleições silmutâneas 2008/2009	12
4 Educação, Juventude e Criança	13
4.1 Construídas vinte novas escolas no município da Chibia	13
4.2 Dois mil 784 professores reforçam sector educativo na Huila	13
4.3 ADPP ja formou 1.424 professores primários	13
4.4 Unicef aposta na redução da mortalidade infantil no país	14
4.5 Garantir apoio a cinco mil crianças.....	14
4.6 ONG investe USD 1 milhão em projectos sociais.....	14
4.7 Administração do rangel da festa de natal para as crianças	15
4.8 Menores deficientes recebem cadeiras de roda.....	15
4.9 Ministerio da Educação recebeu 40 pedidos de abertura de Universidade.....	16
4.10 Cabinda precisa de mais salas de aulas	16
5 Terra, Habitação e Urbanização	17
5.1 O respeito pelo direito fundiario das comuniades rurais	17
5.2 Estrangeiros na propria terra	18
5.3 Bairro Fubu a Luanda que não aparece no mapa.....	19
5.4 Mais mil e 800 casas são construídas no projecto "Nova vida"	19
5.4 Conflitos de propriedades virou moda	20
5.6 Ancião e familia são despejados no bairro operario	21
5.7 Noventa familias serão realojadas	21
5.8 Mais de duas mil casas vão ser erguidas no namibe.....	22
6 Serviços Básicos	23
6.1 Chuvas desabrigam mais de cem pessoas em malanje.....	23
6.2 Bom Jesus esta privada de Agua potável	23
6.3 Cabinda melhora distribuição de Agua potavel.....	23
6.4 Obras do projecto de saneamento na Samba e no Aeroporto em bom ritmo.....	24

1 REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

1.1 Banco mundial identifica seis áreas

Angolense...02-12-06

I. Em primeiro lugar, Angola precisa de concluir a transição para uma economia de mercado. Com o advento da Independência em 1975, o governo angolano optou por um sistema económico centralizado que, hoje, se julga ter contribuído, a par da crescente dependência do petróleo, para constringer o desenvolvimento de instituições sólidas que promovam o aparecimento de um sector privado dinâmico. A transição para um completo sistema de economia de mercado irá exigir comprometimento político aos níveis mais altos visto que terão que ser desmantelados os arraigados direitos adquiridos.

II. Em segundo lugar, na frente macro-económica, ainda precisa de ser resolvidas as contínuas deficiências na concepção e execução de políticas, especialmente ao nível agregado. O progresso recente na gestão da economia é encorajador, sobretudo o sucesso conseguido na redução da inflação e reforço da posição fiscal do governo. Para garantir a sustentabilidade da recém conquistada estabilização macro-económica, Angola precisa de adoptar uma combinação sólida de políticas económicas, centradas na melhor gestão das despesas públicas.

III. Em terceiro lugar, há que definir uma estratégia clara para se gerir a crescente riqueza do país em petróleo e diamantes com base numa governação salutar e em princípios de transparência. Nas próximas duas décadas, a economia angolana vai registar um benefício excepcional de volumosas receitas petrolíferas e diamantíferas com uma concomitante melhoria fiscal. Uma governação sólida e princípios de transparência deverão guiar o estabelecimento de qualquer estratégia de gestão de recursos naturais em Angola.

IV. Em quarto lugar, e relacionado com o ponto acima, há uma necessidade de se melhorar o ambiente de negócios e o clima de investimento em Angola. O ambiente de negócios no país é ainda muito pouco favorável. Se as autoridades quiserem promover uma recuperação económica de base ampla do país, com mais empregos e rendimentos mais elevados para o angolano médio, então há que implementar de imediato medidas em prol da actividade económica que permitam às empresas competir mais eficazmente numa economia aberta.

V. Em quinto lugar, considerando as áreas com po-

tencialidade fora dos sectores minerais, a importância da agricultura como uma fonte de emprego e de rendimentos não deverá ser negligenciada. As políticas governamentais deveriam apoiar a proliferação de pequenos agricultores mas, ao mesmo tempo, promover um ambiente propício que estimule os investimentos no sector comercial privado.

VI. Por último, como parte do dividendo trazido pela paz à população angolana, tem que se melhorar a qualidade e a prestação de serviços públicos, especialmente os que se destinam aos pobres. Sendo um país em fase de pós conflito, a melhoria do bem-estar social da população, incluindo a mais pobre, representa um enorme desafio para Angola. O país tem uma boa probabilidade de responder a este desafio graças aos crescentes fundos disponíveis com a exploração dos seus recursos naturais.

1.2 País tem condições para combater a pobreza

Jornal de Angola...08-12-06

Angola tem possibilidade de fazer um combate efectivo contra a pobreza. A afirmação é do responsável do Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos em Angola, Vegard Bye.

O responsável, que dissertava sobre "Os Direitos Humanos e a Pobreza Quadro Geral", no workshop com o mesmo tema, ontem, em Luanda, sustenta a sua afirmação com base no relatório dos Objectivos do Milénio que prevê um valor de 790 milhões de dólares para a implementação da estratégia de Combate à Pobreza, correspondente a três por cento do Orçamento Geral do Estado para 2007.

A melhoria da qualidade de prestação de serviços públicos particularmente aos mais pobres como saúde, educação, água, saneamento e habitação é uma das medidas, apresentadas por Vegard Bye, tendo em conta a visão do Banco Mundial para combater a pobreza.

Igualmente, a implementação de reformas estruturais como, por exemplo, acabar com os subsídios de combustível, em substituição dos subsídios de transporte público e para fornecimento de água potável faz parte das recomendações do Banco Mundial. Acrescenta que essas reformas têm de ser compensadas com programas sociais dirigidos aos mais pobres, de modo a se evitarem efeitos negativos a curto prazo.

Outras recomendações do Banco Mundial, que têm relevância sobre a questão da pobreza, de acordo com Vegard Bye, trata-se da necessidade de transição completa para a economia de mercado, numa situação em que o Estado não pode garantir emprego para todos e, por outro lado, para uma democracia multipartidária.

Entretanto, para se atingir os direitos económicos e se combater a pobreza, segundo o chefe de do escritório

do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos em Angola, Vegard Bye, é necessário haver condições e decisões políticas que, por sua vez, estão fora do controlo do sistema das Nações Unidas.

A Comissão das Nações Unidas para os Direitos Económicos, Sociais e Culturais define a pobreza como sendo a condição humana caracterizada pela privação crónica de recursos, capacidades, escolhas, segurança e poder necessário para se gozar do padrão de vida adequado, bem como de outros direitos civis, culturais, económicos, políticos e sociais.

O workshop sobre "Direitos Humanos e Pobreza", que hoje encerra, é uma promoção da Comissão dos Direitos Humanos da Assembleia Nacional e a Agência das Nações Unidas para os Direitos Humanos, em saudação ao Dia Internacional dos Direitos Humanos que se assinala no próximo domingo, 10 de Dezembro.

1.3 Sociedade civil deve influenciar o poder em benefício dos pobres

Jornal de Angola...09-12-06

A sociedade civil deve ser um agente político que tenha capacidade de influenciar o poder na tomada de decisões em benefício dos pobres, em particular, e do próprio país, de forma geral.

Esta posição foi defendida pelo presidente da Acção de Desenvolvimento Rural e Ambiente (Adra), Fernando Pacheco, no Workshop sobre Direitos Humanos e Pobreza que encerrou ontem, em Luanda, quando dissertava sobre o tema "Papel da Sociedade Civil no combate à pobreza".

Segundo Fernando Pacheco, o papel político da sociedade civil não deve ser confundido com o dos partidos políticos. A sua função é, referiu, promover a participação dos cidadãos para que tenham capacidade de se auto-organizar e, deste modo, mais facilmente contribuir para vencer a pobreza.

O poder da sociedade civil, entretanto, não pode se limitar à influência. No seu ponto de vista, há necessidade de as organizações continuarem o trabalho de monitoria, denunciando o que está mal.

Além disso, o palestrante referiu-se ao papel da sociedade civil no combate à pobreza no que diz respeito à promoção da filantropia e ajuda humanitária e como provedor de serviços, cuja acção, neste último caso, complementa a tarefa das instituições do Estado.

Contudo, a luta contra os obstáculos à participação dos cidadãos é um dos desafios que Fernando Pacheco impõe à sociedade civil.

"Devemos perder o medo de falar sobre o que está mal, sob pena de sofrer represálias, como ser despedido do emprego ou lhe ser negada a possibilidade de fechar um

contrato com esta ou aquela instituição", disse apelando à necessidade de criação de mecanismos que favoreçam o diálogo, na base do respeito pela opinião do outro, mesmo sendo contrária.

A centralização do poder é igualmente considerado um dos obstáculos para o combate à pobreza. "A maioria dos angolanos são pobres não porque os recursos são escassos, mas sim porque não têm acesso a eles", sublinhou.

Fernando Pacheco diz ser importante, também, que a própria sociedade civil se democratize e preste contas, não só aos membros das organizações, como ao Estado e a sociedade em geral.

Segundo ele, a pobreza é uma situação dinâmica de privação relativa, motivada pelo desigual acesso aos recursos, como alimentação, água, vestuário, energia, transporte entre outros bens de primeira necessidade, bem como o conhecimento, a informação, as possibilidades de escolha e de poder.

O Workshop sobre "Direitos Humanos e Pobreza" que se realizou nos dias 7 e 8 de Dezembro, em comemoração do Dia Internacional dos Direitos Humanos, a assinalar-se amanhã, foi promovido pela Comissão dos Direitos Humanos da Assembleia Nacional e o Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos em Angola.

1.4 Economia vai bem mas...

Agora...09-12-06

O estudo do Banco Mundial é contundente quanto à influência negativa do excesso de burocracia e o deficiente funcionamento de muitos serviços no desenvolvimento do sector privado no país.

O estudo tem quatro pontos focais, nomeadamente a realidade sócio-económica, as opções existentes para a gestão da riqueza mineral sem consequências macro-económicas negativas, os principais constrangimentos à diversificação da economia fora do sector mineiro e os desafios e oportunidades para aumentar o bem-estar da população.

Apresentado esta semana em Luanda, o memorando aponta como graves constrangimentos ao desenvolvimento do sector empresarial privado a morosidade na efectivação de algumas tarefas de ordem legal.

Por exemplo, para se criar uma empresa demora-se, em média, 146 dias (quase cinco meses), a obtenção de uma licença ou alvará de exploração de um negócio pode levar 326 dias, enquanto que um registo de propriedade não se U"ata em menos de onze meses, ao passo, que a execução de uma acção judicial, desde a apresentação da queixa até a decisão do tribunal e seu cumprimento efectivo pode custar 1.011 dias civis, o que quer dizer três anos.

O Banco Mundial considera ainda que não existe grande protecção ao investidor, o acesso ao crédito bancário, a apesar de ter melhorado nos últimos anos, ainda é difícil e a criação do Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA) vai promover o fomento da economia gerindo 5% das receitas petrolíferas - não vai resolver os problemas do sector privado se não se alterarem algumas regras de jogo.

E uma delas, talvez das mais nocivas, é a corrupção que é vista pelo BM como um dos grandes entraves ao desenvolvimento do sector empresarial privado, assim como é preciso diminuir o número de regulamentos e atenuar as restrições relativas ao registo de propriedade de imóveis.

Por outro lado, o estado de elevada degradação das estradas, as infra-estruturas deficientes no domínio do fornecimento de energia eléctrica, a existência de três sistemas ferroviários que transportam níveis reduzidos de carga e a manutenção de uma rede de telefonia fixa antiquada e de dois operadores de telemóvel sem capacidade para a procura agravam ainda mais o quadro de constrangimentos que um investidor tem de enfrentar. O Banco Mundial sugere ainda alterações à Lei geral do Trabalho, pois considera de excessivos os custos que um empregador tem de suportar para fazer despedimentos. Contudo, a instituição defende que se deve, em contrapartida, garantir maior protecção laboral aos trabalhadores.

No domínio do petróleo, bem como se poderá esgotar ainda neste século, o relatório sustenta que o actual peso de 55% no produto interno bruto (PIB) será maior quando, em 2007, a produção passar de 1,4 milhões de barris/dia para dois milhões.

Sob o efeito combinado do aumento da produção e da alta dos preços do crude no mercado internacional, o PIB pode crescer este ano entre 15,5% e 20%, prevendo-se que em 2007 a subida atinja 30%, uma das maiores do mundo.

1.5 Governo aumenta orçamento para 2007

Folab8..09-12-06

Orçamento da província da Huíla para o ano 2007 subiu de 20 para 26 milhões de dólares, de acordo com as declarações do governador provincial, Francisco José Ramos da Cruz, quando falava num encontro entre os responsáveis de empresas de construção civil e agentes bancários.

Por isso, o governante explicou que este montante vai ser empregue na execução de vários projectos económicos e sociais em curso e a executar dentro do programa dos investimentos públicos. A prioridade vai para a construção de infra-estruturas no campo da educação, saúde, vias rodoviárias do interior da

província, bem como a implementação de projectos comunitários.

Com o aumento da receita para o programa de investimentos públicos, o Governo vai aumentar a sua acção de desenvolvimento, principalmente nos municípios do interior, muitas vezes considerados de abandonados por falta de projectos de grande impacto social, situação que Ramos da Cruz prometeu inverter nos próximos tempos.

O governador apelou aos empreiteiros, a quem o Governo local adjudicou algumas obras, a cumprirem com os prazos estipulados para a execução das obras, no sentido de haver uma maior interligação, quer por parte do Estado, quer dos empresários.

Ramos da Cruz fez saber que o Governo estipulou o dia 31 de Dezembro do corrente ano como data limite para a entrega das obras de reabilitação, porque as empresas que não cumprirem os compromissos assumidos vão responder judicialmente.

Janeiro de 2007, conforme garantiu Ramos da Cruz, as obras de reabilitação da maternidade do Lubango, iniciadas em 2005 e avaliadas em dois milhões de dólares, serão concluídas.

Segundo dados revelados no encontro, o Governo implementou, neste período, mais de 20 projectos sociais e económicos, no âmbito do programa de investimentos públicos e, para a sua execução, foram gastos 20 milhões de dólares. De recordar que a província da Huíla conta com uma cooperativa de moto-taxi, que visa a reintegração de pessoas deficientes na sociedade. A cooperativa, que prevê durante o próximo ano adquirir 104 motas com características para o exercício da actividade de taxi.

O projecto arrancou, nesta primeira fase, com 20 beneficiários, visto que neste momento os restantes encontram-se a frequentar aulas de condução numa das escolas locais.

O ministro da Assistência e Reinserção Social (Minars), João Baptista Kussumua, disse que projectos do género serão lançados em todo o país, tendo reafirmado o compromisso do Governo em redobrar esforços em prol da inserção social de pessoas portadoras de deficiência.

Ora, o Minars, na Huíla, controla mais de mil pessoas portadoras de deficiência, espalhadas pelos 14 municípios da província.

1.6 PAM deixa dez famílias quase mendiga

Capital...23-12-06

Os escritórios do organismo do sistema das Nações Unidas, vocacionada para o apoio às populações em diversos bens, encerraram em 2005 e os seus antigos guardas continuam a reclamar os subsídios que se viram

coarctados aqueles serviços foram interrompidos. João Restino, Sabalo Chilumbo Mutu e Almeida José são três exemplos vivos de um total de seis ex-militares que até agora não vêem a cor do dinheiro, mesmo depois das promessas feitas pelo então manager do PAM, o japonês Mashumura. «Ele prometeu darnos o dinheiro dois meses após o encerramento dos escritórios no Sumbe, como, aliás, fizera com os demais, mas até agora não absolutamente nada», lamentou Chilumbo Mutu.

Este jornal sabe, por exemplo, que o organismo apenas beneficiou aqueles que ocupavam cargos de chefia, com valores até 15 mil dólares, de acordo com a função de cada um, estando os mesmos a desfrutar neste momento dessas benesses.

Agastados com a situação, os lesados intentaram, há um ano, uma acção judicial contra a empresa em referência, no caso contra os responsáveis do PAM, junto da PGR do Kwanza-Sul.

Com maior celeridade, a PGR na província procedeu a tramitação do processo, segundo o estipulado pela Lei, e chamou à pedra os intervenientes, ao mesmo tempo que aconselhou os antigos guardas a constituírem um advogado, o que não tem sido fácil para os mesmos, em função dos poucos recursos financeiros de que dispõem. «Não temos dinheiro suficiente para arranjar um advogado e nem mesmo a vender alguns haveres para suportar as nossas deslocações de e para Luanda foi possível alguma coisa», explicou João Restino.

Sem solução à vista, procuraram pela «Associação Mãos Livres» e o não menos polémico representante no Kwanza-Sul, um tal de Victorino, que se propôs a resolver o assunto o mais rápido possível. «Ele fez muitas promessas que até agora não consegue cumprir, aliás, já soubemos que ele esteve em Luanda onde manteve encontros com os responsáveis do PAM e quando chegou ao Sumbe ralhou-nos, dizendo que não tínhamos razão», revelou uma das vítimas.

Sabe-se que o PAM prometeu dar aos ex-guardas um salário especial como subsídio, como forma de ressarcir os seus antigos trabalhadores pelos mais de seis anos ao serviço da organização, pelo que cada um receberia mais de três mil dólares, que, multiplicado por seis, daria um total de 18 mil dólares, algo que pode ser pago sem grandes sobressaltos.

Porém, acusam a ex-representante do PAM na província, uma tal de senhora Cristina, de já ter recebido para proceder ao pagamento, mas, acreditam, terá gasto em benefício próprio. «Não temos confiança na senhora», esclareceu Sabalo Mutu.

Aguardam neste momento a solução nos órgãos de justiça para que se reponha a ordem das coisas.

Os responsáveis do PAM têm sido vistos na província com alguma frequência, mas nada transpirou ainda sobre a situação dos ex-trabalhadores de segurança

daquele programa mundial. «Começamos a ganhar consciência de que nada será resolvido, embora prometam a resolução do caso», contou Almeida José, que também integra o grupo de reclamantes.

1.7 Bancos concedem mais USD 1.39 bilhão á economia

Jornal de Angola...30-12-06

O Sistema bancário concedeu à economia, até Outubro último, mais 1 bilião e 390 milhões de dólares do que em igual período do ano passado, o que representa um crescimento do crédito na ordem dos 75,8 por cento.

Segundo o governador do BNA, Amadeu Maurício, que prestou a informação, a instituição que dirige deverá, no próximo ano, empreender acções para expandir ainda mais o acesso ao crédito.

Um diagnóstico efectuado permitiu identificar os factores condicionantes do acesso ao crédito, bem como as tarefas a realizar para implementar uma nova Central de Riscos, aliás, uma das reclamações dos bancos comerciais.

Assim, no dizer de Amadeu Maurício, o Banco Central vai fortalecer a relação com a banca comercial, através da institucionalização de reuniões formais, com periodicidade regular, para discutir aspectos como as reservas obrigatórias, o modelo da Política Cambial, os depósitos em moeda estrangeira no exterior ou ainda a questão do repasse dos títulos públicos dos bancos para os seus clientes.

Além de continuar com a coordenação estreita entre a política fiscal e monetária, com base na metodologia acordada com o Ministério das Finanças, o Banco Central vai acompanhar "com alguma atenção" o comportamento das taxas de juros no mercado monetário.

Assim, como regulador da actividade bancária, fará da fixação de juros um instrumento das condições de investimento e elemento mobilizador da poupança através da venda de títulos públicos.

Falando na cerimónia de cumprimentos de fim de ano, Amadeu Maurício afirmou que o ano de 2006 fica também marcado pela tendente redução da inflação. As taxas de inflação mensais foram as mais baixas dos últimos seis anos, com as variações inferiores a 1 por cento, até Outubro, consolidando-se a estabilidade dos preços dos bens e serviços. A previsão é de terminar o ano com uma taxa de inflação acumulada um pouco acima dos 11 por cento, ainda dentro das previsões do Governo.

1.8 Crescimento do país favorece combate à pobreza

Jornal de Angola...30-12-06

Angola situa-se entre os países cujo crescimento económico está acima dos 7 por cento, previstos como o mínimo para levar a cabo com êxito o combate à pobreza, segundo o governador do BNA. Amadeu Maurício.

O Produto Interno Bruto (a soma de toda a riqueza produzida no país), em 2006, deverá ficar em 19,5 por cento, segundo dados do BNA. O crescimento se deve muito ao aumento da extração de petróleo bruto, aos investimentos públicos levados a cabo no Programa de Reconstrução Nacional e ao aumento da actividade comercial determinada pela ampliação do universo consumidor, principalmente em razão do volume de empregos criados pelo programa.

O sector não petrolífero conseguiu um crescimento de 17,2 por cento, não obstante a queda de 12,3 por cento registada no sector da agricultura e silvicultura. Ainda assim abaixo do crescimento do sector petrolífero, que cresceu 18,4 por cento.

Assim, o sector da construção deverá ser o mais dinâmico em 2006 com um crescimento na ordem dos 66,2 por cento. Com um crescimento de 41,7 por cento segue-se a indústria extractiva. Aqui exclui-se o sector petrolífero mas inclui-se o sub-sector dos diamantes. A indústria transformadora deverá ficar com 30,7 por cento e a energia com 28,3 por cento.

2 MERCADO INFORMAL E MICROFINANÇAS

2.1 Luanda terá novos mercados municipais

Jornal de Angola...02-12-06

Novos mercados municipais serão construídos em Luanda para diminuir o número de vendedores que não foram integrados em nenhum dos quatro recentemente criados. A informação foi prestada pelo governador provincial, Job Capapinha.

O governante, que falava durante um encontro com os administradores dos quatro novos mercados, disse que tais estabelecimentos não são suficientes para albergar os milhares de vendedores existentes em Luanda.

"Nós, o governo de Luanda, temos que encontrar soluções para acomodar todos os outros que numa primeira fase não tiveram lugar nos mercados urbanizados", disse.

Job Capapinha acrescentou que o Governo está a fazer um esforço para pôr à disposição da população vendedora sítios com alguma condição aceitável.

Segundo ele, quando se está a falar do mercado informal em Luanda, fala-se igualmente de uma tentativa de interesse e da procura do primeiro emprego pela população, visto que é grande a luta pela sobrevivência na capital. Todos os que estão atrás de melhores condições para sustento das suas famílias vêm nos mercados a última alternativa, "daí que um governo como o nosso, que tem consciência de não haver ainda capacidade de empregar toda gente, procura resolver estes problemas", disse.

"O que queremos não é impedir que as pessoas vendam, mas sim encaminhá-las para lugares apropriados para a venda", explicou o governador.

Quanto à desarrumação que ocorre todos os dias nos mercados do Cazenga, Panguila, Palanca e Benfica, o governador acredita ser uma atitude natural, que deve ser considerada como uma pequena experiência, por serem mercados novos, onde todos têm a ânsia de trabalhar.

Job Capapinha reprova a venda desorganizada nas estradas, pois este acto que impede a circulação dos automobilistas.

2.2 Treze mil angolanos beneficiam do programa de KixiCredito

Jornal de Angola...15-12-06

Treze mil cidadãos nos estão a beneficiar do programa "KixiCredito" da Development Workshop Angola (ONG) em curso no país, há sete anos

Com uma carteira de empréstimos de três milhões dólares e empréstimos acumulados de USD 11 milhões, o referido programa tem oito mil e 500 clientes do sexo feminino

A informação foi avançada ontem em Luanda pelo director da Development Workshop-Angola (DWA), Allan Cain, durante abertura do "4º Encontro anual de clientes que visou apresentar os programas da ONG e receber opiniões dos seus Clientes

Segundo Allan Cain, o programa "KixiCrédito" esta descentralizado em sete filiares nomeadamente cinco em Luanda e duas no Huambo. Nestas províncias as acções são desenvolvidas nas áreas peri-urbanas

Como disse, a DWA esta a trabalhar numa série de projectos para implementar filiais, brevemente nas províncias de Cabinda, Zaire e Benguela

O Kixicredito concede empréstimos a grupos solidários, individual empréstimo para reconstrução de habitação, esse ultimo so no Huambo por enquanto.

Os clientes recebem do programa um credito de 100 a cinco mil dolares para serem reembolsados num prazo de seis meses a 1 ano. O juro é de 10 por cento. Com o kixicredito segundo Allan Cain, se esta a ajudar os angolanos que vivem de baixa renda. O objectivo, de acordo com a fonte, é projectá-los, no futuro, para uma melhor qualidade de vida, isto é do proprio cliente e das suas familias e comunidade. O programa consiste em dar acesso aos serviços financeiros de forma permanente a um número maior de pessoas carenciadas que não são aceites, nos bancos e está reconhecido a nível mundial como um grande meio de combater a pobreza", explicou o responsável.

Para o coordenador do programa de "Micro-crédito" do Ministério da Família e Promoção da Mulher, António João, o encontro é extremamente importante porque faz parte dos princípios de micro-créditos e com possibilidades dos próprios clientes fornecerem opiniões à organização.

António João defendeu que o micro-crédito é um dos instrumentos que ajuda a diminuir a pobreza a nível mundial. "Como é do conhecimento geral, o prémio Nobel da Paz de 2006 foi atribuído a um dos fundadores do "micro-crédito" conhecido por Muhammed Yunus. Estamos comprometidos com programas do género, porque sabemos que eles têm uma grande dimensão e porque permite que aquelas pessoas que não encontram espaço nas instituições bancárias, através de programas de micro-créditos, consigam ter

uma fonte de crédito ,e desenvolver os seus pequenos negócios", defendeu.

O programa tem melhorado o nível de vida de muitas famílias, como é o caso de, Rosa Mata Vontade, 37 anos de idade, mãe de três filhos que vive no bairro Grafamil em Luanda.

"Eu vendia calçado no mercado da Asa Branca. O lucro do meu negócio era só para remediar. Tinha que ajudar meus dois irmãos e a minha tia que estudavam. O negócio que fazia não me ajudava muito.É assim que entrei no grupo. Isso trouxe, muita mudança, principalmente, no sustento da família assim como no meu negócio, mudei de negócio para um outro de bens alimentares", referiu.

Por outro lado, Ntino Wadadi, casado de 47 anos, chefe de uma família cujo agregado familiar é constituído por oito pessoas, residente no bairro Hoji ya Henda sublinhou: "Entre no programa em Julho de 2002 através de um amigo. Antes de receber o crédito eu trabalhava numa pastelaria, que veio a abrir falência mais tarde. Depois entrei no micro-crédito onde me foi dada a possibilidade de desenvolver o meu negócio até hoje. O crédito tem mudado muita coisa na minha vida. Isto porque tenho recebido vários pedidos de encomendas, o que é bom, porque é mais felicidade para nós, os nossos filhos, e é o país a ganhar", rematou.

2.3 Programa Kixicredito

Jornal de Angola...20-12-06

Treze mil cidadãos angolanos estão a beneficiar do programa "KixiCrédito", uma iniciativa da ONO canadiana Development Workshop, em curso no país há sete anos, com o objectivo de ajudar as famílias que vivem de baixa renda. Com uma carteira de empréstimos de três milhões de dólares, o "KixiCrédito" concede créditos a grupos solidários e individual, entre outros. Os clientes recebem do programa um crédito de 100 a cinco mil dólares para serem reembolsados num prazo de seis meses a um ano, com juro de 10% Questão: o que muda o crédito na vida dos beneficiários?



Bernardo da Silva, funcionário público

Era preciso saber o que o beneficiário vem fazendo com o montante concedido, para verificarmos o que pode mudar na vida do beneficiário. Se o crédito for automóvel o indivíduo deixa de andar a pé.



Pedro Sampaio, funcionário público

Só o facto de um indivíduo ter a oportunidade de receber um crédito , algo muda na sua vida. Ele terá a oportunidade de dar um passo significativo na vida.



José João, funcionario publico

Muita coisa muda, porque a partir do momento em que o beneficiário tiver o montante à disposição, o indivíduo terá a responsabilidade de saber investir o dinheiro de maneira a ter lucro, para poder reembolsar o dinheiro no prazo previsto.



António José, estudante

Nunca tive a oportunidade de ter acesso a um crédito. Penso que devemos ser responsáveis para que possamos fazer algo que permita cumprir-se com o prazo de reembolso estabelecido.



Nelson Mendes, funcionário público

Depois da concessão do crédito, penso que devemos a fazer com o montante aquilo que nos levou a pedir o crédito, para podermos reembolsar o dinheiro concedido



Mauro Missulça, design gráfico

Penso que depende muito do crédito. Se eu por exemplo pedir um crédito automóvel é lógico que haverá mudança porque deixaria de andar a pé e teria facilidade de me deslocar a qualquer local com maior facilidade.



Esperança Costa, funcionária pública

É preciso primeiro saber o que vamos fazer para sentirmos uma mudança, em virtude do crédito concedido,

ou seja, saber qual o investimento que ajudaria o beneficiário.



André Jovete funcionário público

Acredito que um crédito pode mudar a vida de um beneficiário como também pode arruiná-lo se não souber investir o montante concedido, para que possa reembolsar no prazo estabelecido

3 ELEIÇÕES E EDUCAÇÃO CÍVICA

3.1 Líder católico defende reforço de educação para a democracia

Jornal de Angola...01-12-06

O arcebispo do Huambo, Dom José de Queirós Alves, considerou "que a justiça, tolerância, transparência, participação responsável e civismo devem ter sentido e conteúdo concretos, pois pontificam um sistema social que ajuda a classificar um país livre.

O prelado falava quarta-feira, na cidade, do Huambo, no encerramento da conferência provincial dedicada ao Papel das eleições na Promoção da Democracia, Paz e Reconciliação Nacional", tendo advogado a necessidade do reforço da educação para a democracia e cidadania, com vista a se expor claramente todos elementos que intervêm neste processo.

"É importante que o Governo e os partidos políticos se abram verdadeiramente, façam jogo limpo e saibam que os projectos de sociedade e os atributos de governação é que devem levar o povo optar e não motivações obscuras sublinhou o prelado

Acrescentou ainda que toda a sociedade civil deve fazer parte deste processo e colaborar para que Angola possa pela primeira vez na sua história optar a favor do bem do seu povo e do próprio Governo.

Dom José de Queirós reconheceu, por outro lado, os esforços empreendidos pelo Governo angolano para levar a "oportunidade" o processo eleitoral, solicitando a participação do povo nas eleições, por ser um acto cívico e patriótico.

"As liberdades vão sempre ligadas à responsabilidades e aos deveres, mas este exercício deve ser feito livremente e não por coacção", concluiu o arcebispo.

Durante a conferência, que durou dois dias, foram abordados temas ligados ao papel dos partidos políticos na promoção de eleições livres e justas e no fortalecimento da paz e reconciliação nacional, o quadro constitucional legal que suporta as próximas eleições, oportunidades e desafios.

O papel da sociedade civil, igrejas, autoridades tradicionais e dos profissionais da Comunicação Social no processo eleitoral, o desarmamento da população civil na promoção dum clima adequado para a realização de eleições em Angola. completaram os pontos em agenda deste encontro; promovido pelo Instituto Eleitoral da África Austral (Eisa) em colaboração com o governo local.

O certame reuniu deputados da Assembleia Nacional,

membros do governo local, da comissão provincial eleitoral, entidades religiosas, autoridades tradicionais e jornalista

3.2 Coordenador da CIPE garante segurança às brigadas de registo no Kuando Kubango

Jornal de Angola...01-12-06

O coordenador da Comissão Intermiisterial para o Processo Eleitoral (CIPE), Virgílio de Fontes Pereira, anunciou terça-feira, em Menongue, o envio ao Kuando Kubango de viaturas anti-minas, para o transporte com segurança das brigadas de registo eleitoral que serão desdobradas no interior da província.

Tida como uma das regiões mais minadas do país, e com um relevo de difícil acesso, Fontes Pereira anunciou igualmente o envio para a região de viaturas do tipo "Hunimog", para que a transportação dos meios logísticos e outros equipamentos decorra sem grandes sobressaltos, no interior do Kuando Kubango.

Durante um encontro com o governador João Baptista Tchindandi e coordenadores das comissões executiva provincial, municipal e membros do governo local, Fontes Pereira à chegada a essa província de mais duas viaturas de marca "Land Cruise" e "Land Rover", 12 motorizadas, telefones satélites e mobiliário diverso.

Para o próximo mês de Janeiro, está ainda previsto o início, no Kuando Kubango, do processo de instalação dos sistemas de comunicações por rádio HF, estando já neste momento em posse da comissão executiva provincial para o registo eleitoral e três antenas v-sat, que tornarão fluidas as comunicações com os diferentes pontos do país.

Entre vários atractivos, o também ministro da Administração do Território anunciou igualmente a entrada em vigor de prémios para as brigadas que mais se destacarem e exigiu maior rapidez na celebração dos contratos com os brigadistas, no sentido de se dar início ao pagamento das respectivas remunerações, que serão acrescidas de dois subsídios, designadamente de risco e de complexidade.

Na mesma senda, assinalou também, a partir deste mês, o pagamento dos salários das comissões executivas de todo o país, inicialmente os de Novembro, Dezembro e 132 meses, enquanto que os retroactivos só começarão a ser pagos nos primeiros meses de 2007.

Em relação ao processo de registo no Kuando Kubango, desde 15 de Novembro foram já cadastrados mais de nove mil eleitores. Na oportunidade, Virgílio de Fontes Pereira disse ter ficado surpreendido com as performances das brigadas locais, que apresentam uma média de 250 registo por dia

3.3 Múltiplos problemas com o registo eleitoral no Kwanza sul

Capital...01-12-06

Vai assim o registo eleitoral na província do Kwanza Sul. Dados provisórios, recolhidos por este semanário, dão conta de que até ao dia 21 de Novembro tinham sido já registados naquela província perto de 10 mil eleitores, num claro sinal de que a aderência popular está a ser massiva, tal como nas demais províncias do país.

Com efeito, populares com capacidade eleitoral aderiram em massa ao registo eleitoral na província do Kwanza Sul, pelo menos

ao longo da primeira semana. Mas as queixas, relativas a um mau funcionamento das brigadas de registo, também não se fizeram esperar.

Desde as longas esperas nas enormes bichas para o registo, há uma série de situações que inquietam aqueles que se dispõem a registarem como eleitores para as próximas eleições multipartidárias ainda sem data marcada.

«Estamos a andar muito para nos registar», queixou-se, ao semanário A Capital, o mais velho Lopito, indignado com a distância entre a sua aldeia ao posto mais próximo para o registo eleitoral.

O mais velho Lopito tem razão. Ele reside no povoado de Pomba Nove e, como os outros habitantes daquela povoação, tem de percorrer a pé uma distância de 10 quilómetros para chegar até ao posto de registo mais próximo que, neste caso, é a zona quatro do bairro Chingo.

Trata-se, na verdade, de um problema que não se restringe aos moradores do povoado da Pomba Nove. Numa gigantesca província com 12 municípios, apenas quatro foram seleccionados para a primeira fase do programa de registo eleitoral com base em critérios que não tiveram em conta a distância entre as regiões seleccionadas e aquelas que ficaram de fora. Sumbe, Porto Amboim e Cela são os municípios que albergam os postos.

«Eu estou cheio de dores nos músculos, isso é muito cansativo», tal como se queixou Domingos António, um outro eleitor aliviado por se ter registado. «Os responsáveis deveriam saber que há regiões distantes e que, por isso, mereciam também postos de registo», sugere.

Mais razões ainda para queixas têm populares de aldeias como Gungo e Kicombo que têm de andar por 30 quilómetros para, já no município do Sumbe, conseguirem obter o seu cartão de eleitor. Populares apontam alguma desorganização institucional pelo «calvário» que passam, um pouco agravado por um número exíguo de brigadistas muitos dos quais, ainda por cima, nem sequer estão credenciados para o efeito.

Os problemas, porém, não ficam por aí. Quem percorre a pé e durante a noite uma distância de 10 quilómetros confronta-se, no posto de registo, com uma enorme fila de outros eleitores que chegaram mais cedo. A população começa a afluir aos postos de registo por volta das quatro da manhã para começarem a ser apenas atendidos cinco horas depois, isto é, às nove horas da manhã. «Até para isso é preciso uma bicha tão grande?», questionou-se Cassoma, um eleitor de 54 anos que o semanário A Capital encontrou no posto de registo de Chingo.

Tal é a enchente que os brigadistas optaram por formas originais de organização. Nos postos de Assaca e do Chingo, por exemplo, os brigadistas recolhem os bilhetes aos populares e os vão chamando pelos respectivos nomes, numa espera que pode até durar 10 horas. A cidadã Albertina mesmo em estado de gestação teve de esperar dez horas para conseguir obter o cartão de eleitor. «Nem sei como entender tanta morosidade», questionou-se.

Além da inesperada aderência popular, alguma incapacidade técnica dos brigadistas, segundo se queixam os cidadãos, está na base do atraso. Não só incapacidade técnica, em termos de manuseamento de material informático, como ainda problemas relacionados com a falta de energia estão, também, a emperrar o bom andamento do processo. Nos postos que o semanário A Capital visitou, o equipamento é alimentado por pequenos geradores, constantemente interrompidos por não suportarem convenientemente a potência do aparato.

3.4 Registo eleitoral no Kwanza-sul satisfaz coordenador do CIPE

Jornal de Angola...05-12-06

O coordenador da Comissão Interministerial para o Processo Eleitoral, Virgílio de Fontes Pereira, manifestou-se ontem, no Sumbe (KwanzaSul), satisfeito com o andamento do processo de registo eleitoral na província.

Em declarações à imprensa, no final da visita de algumas horas ao KwanzaSul, disse sentir-se satisfeito pela forma como os brigadistas estão empenhados no registo dos cidadãos e minimizou alguns problemas técnicos que têm ocorrido com as impressoras.

Fontes Pereira destacou o ritmo de funcionamento das brigadas na província, facto que já resultou no cadastramento de 31 mil eleitores, até à última sexta-feira, nos municípios do Sumbe, Porto-Amboim, Amboim e Cela.

Apelou às autoridades a redobram a vigilância para impedir a infiltração de estrangeiros no processo.

Numa reunião com o governador Serafim do Prado e

membros do Cipe, recebeu do chefe do executivo local garantias de apoios, para que o processo decorra sem sobressaltos.

Durante a sua estada na província, Virgílio Fontes Pereira conversou com as autoridades tradicionais sobre a importância do registo o papel que eles devem desempenhar no testemunho de outros cidadãos.

No Kwanza-Sul, estão a funcionar 17 brigadas, estando neste momento a ser formadas mais 10 para serem inseridas na segunda fase.

Recentemente, Virgílio de Fontes Pereira apelou, na cidade do Lubango, Huíla, aos cidadãos estrangeiros, que se encontrem no país em serviço, ou por outros motivos, "a não se registarem de forma alguma", pois, "quem o fizer estará a incorrer num acto ilícito e punível".

Na ocasião, recordou que o registo eleitoral, que decorre em todo país, é um acto exclusivo para os cidadãos nacionais, aconselhando as pessoas de outras nacionalidades a não interferirem ou complicarem o processo, mas sim facilitá-lo.

Virgílio de Fontes Pereira teceu estas considerações depois de receber informações segundo as quais cinco indivíduos do Congo Democrático foram interceptados, com testemunhas duvidosas, quando tentavam efectuar o registo.

Instado a debruçar-se sobre os alegados casos de cidadãos que estão a se registar por duas vezes, Virgílio de Fontes Pereira sublinhou que ninguém deve registar-se por mais de uma vez. "Basta um único registo para cada cidadão", sustentou.

O governante considerou que o duplo registo, por parte de alguns cidadãos, não deve constituir problema, na medida em que "o sistema informático utilizado neste processo está suficientemente preparado para detectar casos do género e repor a normalidade".

Nesta fase, ressaltou, "ainda não estamos a fazer as combinações de todos os dados e, consecutivamente, limpar as irregularidades de tais situações. Mas tal acção será feita no fim do processo de registo, no momento da elaboração dos cadernos eleitorais".

3.5 Luanda ultrapassou os 98 mil registos eleitorais

Jornal de Angola...05-12-06

Nove mil 353 potenciais eleitores foram registados, até sexta-feira última, na província de Luanda, elevando para 98.033 o número total de pessoas cadastradas desde o início do processo, a 15 do corrente.

Segundo o chefe de departamento para organização e estatística da comissão executiva provincial para o registo eleitoral, João Lazary, o número de registos aumenta dia após dia em função da afluência considerável de cidadãos aos postos.

João Lazary atribui o aumento do número de registos diários ao domínio cada vez maior dos equipamentos, que tem permitido realizar o cadastramento no mais curto espaço de tempo.

Disse estarem asseguradas as condições logísticas e técnicas para toda a primeira fase do registo eleitoral, que termina a 15 deste mês.

Em Luanda, funcionam actualmente 61 brigadas, em 28 postos.

3.6 Registados mais de 20 mil cidadãos no Bié

Jornal de Angola...05-12-06

Vinte e dois mil e 259 cidadãos cadastraram-se na província do Bié, desde o início do registo eleitoral até a presente data, segundo informou ontem, no Kuito, o coordenador da comissão provincial executiva para o referido processo, Pedro Sabino.

O responsável sublinhou que dos eleitores registados, o município do Kuito lidera a lista, com 16.317, seguido do Andulo, com 2.763, enquanto que os municípios do Kunhinga e Chinguar registaram apenas 1.796 e 1.383, respectivamente.

Pedro Sabino assegurou que entre os cidadãos registados, somente a 19.932 foram atribuídos os respectivos cartões eleitorais, ficando os restantes por receber, devido a problemas de impressão.

A fonte frisou que a aderência das populações aos postos de registo, até ao momento, é satisfatória e vai ao encontro das expectativas das autoridades administrativas locais, em registar diariamente em todos os postos mais de 200 eleitores.

Pontualizou que a missão provincial executiva para o processo eleitoral preconiza registar, até 15 de Dezembro próximo, cerca de 30 mil elementos nos municípios referenciados.

Nesta primeira fase, a província do Bié conta com o envolvimento de 14 brigadas, entre as quais sete funcionam no município do Kuito, três no Andulo, ao passo que os municípios do Chinguar e Kunhinga possuem duas brigadas cada.

A província do Bié tem uma extensão de 71.878 quilómetros quadrados e uma população estimada em 2.804.690 habitantes. A comissão provincial executiva para o processo eleitoral prevê, até o final do registo eleitoral, cadastrar mais de um milhão de pessoas, com a entrada em funcionamento, no próximo ano, de mais 17 novas brigadas de registo.

3.7 Chibia ja cadastrou acima de cinco mil populares

Jornal de Angola...05-12-06

Pelo menos 5.122 cidadãos aptos para as eleições foram registados no município da Chibia, 45 quilómetros do Lubango, no âmbito do processo de registo eleitoral que decorre em todo o país, iniciado a 15 de Novembro último. Segundo o coordenador da comissão executiva para o processo eleitoral nessa localidade, Joaquim Muambo Almeida, as quatro brigadas aí destacadas registam por dia 340 populares. Joaquim Almeida afirmou que esta cifra de cidadãos registados está aquém do previsto, mas disse acreditar que paulatinamente vai-se dar volta à situação. Segundo o interlocutor, o processo decorre sem sobressaltos, tendo em conta que a população local continua a afluir aos postos de registo. A comissão executiva para o processo eleitoral na Chibia aguarda por mais duas brigadas que serão instaladas apenas na segunda fase

dissesse de sua justiça de uma só vez, sem ter medo do que o Governo eleito (seja do MPLA ou da UNITA) venha a impor qualquer tipo de coacção em relação às presidenciais.

3.8 Angola deve ter eleições simultâneas 2008/2009

Folha8...30-12-06

Com eleições em datas diferentes, Angola vai assistir a uma fase importante da democratização do país, embora de modo coxo, o que é perfeitamente desnecessário. Porque razão terá de ser um Presidente da República não eleito, no poder há quase 30 anos, a dar posse a um Parlamento e, por inerência, a um Governo eleito?

Para além das questões financeiras inerentes a duas eleições apenas espaçadas por um ano, creio que Angola só teria vantagens em matéria de credibilidade das suas instituições se realizasse as duas eleições ao mesmo tempo.

O Presidente eleito tomalia posse e daria posse ao Governo. Tudo com a transparência democrática de um verdadeiro Estado de Direito. Além do mais, as eleições simultâneas permitiriam que os eleitores fossem mais sinceros na escolha, sem qualquer tipo de condicionalismo.

Ou será que a escolha presidencial do MPLA está dependente dos resultados das legislativas?

Será que, no caso de vitória, poderão prescindir de José Eduardo dos Santos?

Nesta matéria, não basta ser sério. O MPLA está no poder desde Novembro de 1975 e deveria dar um sinal claro que aposta tudo na democracia. Ao não querer as eleições simultâneas, não está a parecer sério. E isso é mau.

Se quem não deve não teme, o MPLA deveria permitir que pela primeira vez na história de Angola, o Povo

4 EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E CRIANÇA

4.1 Construídas vinte novas escolas no município da Chibia

Jornal de Angola...05-12-06

Mais de vinte novas escolas, do I, II e III níveis de ensino, foram construídas nos últimos três anos no município da Chibia, (45 quilómetros a Sul da cidade do Lubango), província da Huíla, no âmbito do programa de melhoria e aumento da oferta de bens e serviços sociais básicas à população.

Segundo Manuel Severino, administrador municipal da Chibia, a construção das novas escolas permitiu a inserção de milhares de alunos nos vários níveis de ensino, em diversas localidades do município.

As referidas escolas, ainda de acordo com o administrador municipal, foram construídas na sede do município, comuna da Capunda Cavi longo, Jau e nos sectores da Kihita, Lufinda, Mukuma, Tchikuatiti, entre outros.

Para Manuel Severino, Chibia precisa de mais escolas, tendo em conta que no município ainda há crianças fora do sistema normal de ensino.

"Apesar de o município estar a caminhar a passos largos atendendo o número de escolas já construídas, que permitiram a inserção de muitas crianças no sistema de ensino, é necessária a construção de outros estabelecimentos de ensino", disse o administrador da Chibia, que, por outro lado, manifestou-se satisfeito com as várias acções que o Fundo de Apoio Social tem vindo a desenvolver na localidade. Para além de escolas, o FAS construiu igualmente postos médicos, furos de água e outras infra-estruturas sociais.

4.2 Dois mil 784 professores reforçam sector educativo na Huila

Jornal de Angola...09-12-06

A província da Huila conta com mais dois mil 784 novos professores, admitidos o ano passado através de concurso público.

Os novos professores, na sua maioria com formação básica e média, foram colocados em todos os municípios da província.

De acordo com a directora provincial da Educação, Paula Inês, a inserção de novos professores visa reduzir o número de crianças fora do sistema normal de ensino.

"O Governo construiu e reabilitou, nos últimos quatro

anos, 146 escolas do ensino geral na província da Huíla e este esforço deve ser combinado com a colocação de professores, para garantir o processo docente educativo", disse Paula Inês, acrescentando que "a existência de professores, infra-estruturas escolares e meios de ensino constituem a premissa fundamental para que o processo docente educa tivo e a implementação da reforma educativa em vigor no país tenham êxitos".

A província da Huíla, onde em dez dos 13 municípios está instalado o Instituto Médio Normal da Educação (IMNE), tem mais de 500 mil crianças fora do sistema normal de ensino

4.3 ADPP ja formou 1.424 professores primários

Jornal de Angola...11-12-06

Mil e 424 professores prmanos para zonas rurais foram formados pela Escola de Professores do Futuro, da Organização Não - Governamental dinamarquesa Ajuda de Desenvolvimento de Povo Para Povo (ADPP) , desde a sua criação, em 1995.

Em declarações prestada ontem à Angop, durante as comemorações do 20ª aniversário da instituição, o membro do Conselho da Administração da ADPP Jesper Bjennegaard Jensen disse que os professores foram distribuídos pelas comunidades rurais das diversas' regiões do país.

Actualmente, a ADPP conta com sete Escolas de Formação de Professores de futuro, nomeadamente nas províncias de Luanda, Cabinda, Bengo, Zaire, Benguela e Huambo.

Jesper Jensen frisou que a principal actividade da ADPP é a formação académica dos jovens até a oitava classe. Neste contexto, a ADPP abriu várias instituições de educação, como a Cidadela da Crianças, destinado a crianças órfãs, durante o conflito armado.

Segundo Jesper Jensen, estão em formação mais de mil e 300 professores, o que significa que o número tende a aumentar a cada ano.

Para o próximo ano, a ADPP prevê a criação de mais escolas de formação de professores nas províncias do Uíje e Malanje, com o propósito de aumentar o número de educadores no país.

De acordo com a fonte, a instituição ampliará também, a partir de Janeiro de 2007, o projecto Total Controlo da Epidemia (TCE) em . mais províncias do país no sentido de sensibilizar as pessoas para a mudança de comportamentos com vista a redução de casos de VIH/Sida.

Este projecto (TCE), segundo ele, já funciona nas província do Bengo, Zaire (Ambriz) e Cunene, com resultados satisfatórios na redução de certas epidemias, principalmente a SIDA, cuja principal arma de combate

é o conhecimento e a mudança de atitude.

Com duração de três anos, o projecto pretende alcançar 500 mil pessoas nas zonas escolhidas, informando-as dos perigos da doença e sobre as consequências que representa para o desenvolvimento de um país.

A ADPP é uma organização que tem como propósito ajudar os carentes, bem como contribuir para a elevação do nível de vida da população rural- em termos' de educação, saúde e agricultura.

4.4 Unicef aposta na redução da mortalidade infantil no país

Jornal de Angola...12-12-06

Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) completou ontem 60 anos desde que foi criado pelas Nações Unidas, na primeira, sessão da Assembleia Geral com voto unânime.

De acordo com uma nota de imprensa do Unicef distribuída ontem na capital Angolana, esta agência começou a trabalhar em Angola com programas de emergência em 1976, logo após a independência, e iniciou o desenvolvimento dos programas de cooperação a partir da década de 80.

O objectivo geral do programa de cooperação com o Governo angolano consiste em reduzir a alta - taxa de mortalidade infantil e melhorar as condições e a qualidade de vida das crianças mulheres, através da implementação de uma estratégia de serviços básicos virada para a sobrevivência, protecção e o desenvolvimento da criança.

Gradualmente, o papel do Unicef, como agência de desenvolvimento, tornou-se mais definido, causando uma revolução na sobrevivência infantil. A cobertura universal de vacinação tornou-se comum. Foi possível até obter cessar-fogo em países como a Jugoslávia e El Salvador para levar a cabo campanhas em massa.

Foi possível chegar a milhões de lares para ensinar aos pais da terapia de reidratação oral, a forma mais simples e eficaz de se evitar as mortes causadas pela diarreia.

Em 1989, o Unicef liderou o movimento para estabelecer um padrão de ética na forma de tratar as crianças. A Convenção sobre os Direitos da Criança que daí resultou foi adoptada pela Assembleia Geral da ONU, e em breve se tornou o tratado de direitos humanos mais amplamente aceite na história.

De acordo com o documento, nos primeiros dias após a II Grande Guerra, mais de seis milhões de crianças em toda a Europa receberam leite e uma refeição diária. Quando o mandato do Unicef se tornou permanente, em 1953, já estava em actividade em cerca de 100 países, ultrapassando a resposta de emergência para combater a espiral de pobreza, doença e fome que dizima milhares de crianças todos os dias.

O fundo para a infância é um dos exemplos mais vivos

no quadro da ONU de cooperação internacional para fins pacíficos. A medida que grassava a guerra fria, o Unicef manteve-se como uma força de cooperação global, vindo a receber o Prémio Nobel da Paz, o primeiro de sempre a ser outorgado a uma agência, e não a uma individualidade. Os anos 60 e 70 ficaram conhecidos como "as décadas do desenvolvimento", enquanto o Unicef alargava a sua missão para lá do auxílio de emergência, de forma a tornar-se parte de uma parceria global liderada pela ONU para relançar o desenvolvimento, à medida que dezenas de países se começavam a afirmar como nações independentes.

A década de 80 trouxe anos de fome à África. O Unicef coordenou os esforços de socorro em toda a região, que fizeram chegar rações ao número, sem precedentes, de sete milhões de pessoas

O Unicef não existe sozinho. Para alcançar os seus objectivos, une os governos, doadores, agências humanitárias, empresas e as próprias crianças.

4.5 Garantir apoio a cinco mil crianças

Jornal de Angola...20-12-06

CINCO mil crianças, dos bairros Lalula e João de Almeida, na cidade do Lubango, província da Huíla, estão a beneficiar de bens diversos, tais como material escolar e alimentos, no quadro do programa trienal "Futuro Brillhante", levado a cabo pela Cristian Children's Fund.

Segundo o director local da referida ONG Nazarete Zanguí, entre os bens, provenientes de doadores internacionais, constam também meios financeiros, roupa e brinquedos.

O programa Futuro Brillhante, refira-se, actua como intermediário entre as crianças beneficiárias e os padrinhos (doadores), mantendo uma comunicação constante e permanente, onde são espelhadas informações sobre a situação dos petizes, para que os doadores possam enviar com regularidade os apoios necessários, com vista à satisfação das necessidades básicas.

4.6 ONG investe USD 1 milhão em projectos sociais

Jornal de Angola...20-12-06

Um milhão 499 dólares estão a " ser empregues, desde Junho último, na cidade do Lubango, província da Huíla, pela Cristian Children's Fund, (CCF) , na implementação de cinco projectos sociais, no quadro do projecto "Futuro Brillhante".

a montante vai permitir a construção de duas escolas definitivas, vinte e duas salas de aula de carácter

provisório, postos de saúde, centros de atendimento à primeira infância, criação de soodas ou fontes de água, edificação de recintos desportivos e recreativos e realização de palestras e debates sobre temas ligados aos jovens e adolescentes.

a programa, que tem a duração de três anos, abrange os bairros periféricos, como os Lalula e João de Almeida, nos quais foi criada uma associação comunitária denominada Epongiyo "Lio Malã, constituída por moradores. A referida associação será responsável pela execução dos projectos juntos das comunidades em referência.

Segundo o director provincial da CCF na Huila, Nazarete Zangui, para os dois bairros, o programa tem um plano estratégico de desenvolvimento, a ser implementado -no triénio 2006/09. O referido plano vai permitir, sem excepção, a participação efectiva de todos os membros das comunidades nas várias actividades que visam o melhoramento das condições sociais básicas.

liA nossa organização abraçou a iniciativa de implementar o programa Futuro Brilhante nestes bairros, em função da carência de condições e serviços básicos, do elevado número de crianças, adolescentes e jovens fora do sistemas de ensino, fraco saneamento básico e falta de água canalizada. Para tal, foi necessário saber se havia vontade das famílias em participar na execução das actividades programadas, para o benefício das próprias comunidades", referiu.

Relativamente ao atendimento. à primeira infancia, Nazarete Zangui avançou existir uma parceria saudável com o Minars, que já formou vinte e nove activistas para trabalharem, numa primeira fase, de forma ambulante, enquanto estão a ser erguidos dois locais de atendimento junto dos bairros onde os projectos estão a ser implementados.

Questionado sobre a restrição do programa aos bairros Lalula e João de Almeida, a julgar pela carência de serviços básicos em outras zonas da cidade do Lubango, o director da CCF nas terras altas da Cheia fez saber que em termos de estratégia convém abarcar determinadas comunidades, para uma melhor obtenção de resultados a médio prazo.

Salienta-se que a CCF é uma Organização Não Governamental americana, constituída por voluntárias . estrangeiros residentes nos Estados Unidos da América, com vontade de ajudar as comunidades desfavorecidas. Desenvolve actividades de carácter humanitário na provincia da Huila desde 1996

4.7 Administração do rangel da festa de natal para as crianças

Jornal de Angola...20-12-06

Crianças do município do Rangel foram agraciadas ontem pela administração local com uma festa de Natal. O convívio contou com a presença de mais de 200 crianças e teve o apoio de alguns empresários.

Na ocasião, para além de brinquedos, sete crianças deficientes foram agraciadas com cadeiras de rodas, uma oferta do Instituto Nacional da Criança (INAC).

Segundo Maria Adelaide Martins, coordenadora do evento, é intenção da administração proporcionar às crianças do município, em cada fim de ano, um momento de alegria e amor. "Muitas destas crianças acabam por não receber sequer um brinquedo dos pais. É nossa obrigação angariar apoios e distribuí-los, para que não se sintam tristes neste dia", disse.

Por sua vez, a secretária para a promoção da OMA, Teresa Cohen, considerou o acto louvável. "No Natal as crianças querem brinquedos e o que foi feito aqui deve ser seguido por outras' instituições, porque as crianças merecem um bocado do carinho de todos", disse.

De acordo com a também deputada do MPLA, nestas ocasiões é importante transmitir o amor e a fraternidade, e as crianças, mais do que ninguém, são as que mais precisam, disse.

Ainda na senda do Dia da Família, a administração do Rangel irá realizar, sexta-feira próxima, uma festa de Natal para os velhos do lar da terceira idade do Beiral.

4.8 Menores deficientes recebem cadeiras de roda

Jornal de Angola...20-12-06

Sete crianças deficientes, das 200 crianças que festejaram antecipadamente ontem, em Luanda, o Natal com a administradora do município da Maianga, Genoveva da Conceição Uno, foram brindadas com cadeiras de rodas.

Realizado na Escola 22 7 , comuna da Maianga, o acto contou com crianças provenientes de igrejas, ONG (Lares) e da comunidade. Para além do almoço e brinquedos oferecidos 'pela dirigente, as crianças tiveram ainda um momento cultural, em que estiveram em destaque o teatro, a poesia e a dança. Na ocasião, a dirigente do município, Genoveva Lino, pediu aos meninos para não se esquecerem dos seus direitos e deveres e a primarem pela boa educação, que passa pelo respeito pelos amigos e adultos.

"Para que os angolanos tenham um bom futuro, os mais novos têm que se dedicar muito aos estudos. Ao mesmo tempo, os adultos devem criar condições que garantam o bem estar das crianças e um melhor ensino e educação para os futuros quadros do país", disse.

O encontro entre adultos e crianças serviu também para lhes transmitir conhecimentos e ouvir delas as suas perspectivas.

Participaram do acto o administrador adjunto da Maianga, Jaime Mateus, o director provincial do Instituto Nacional da Criança (INAC), António da Rosa, e convidados. O município da Maianga possui uma população estimada em 852.271 habitantes. Tem uma extensão territorial de 39.505 quilómetros quadrados, distribuídos pelas comunas da Maianga (sede), com 2,60 Km; Cassequel, 3,40 Km; Prenda e Rocha Pinto com 18,70 Km

4.9 Ministério da Educação recebeu 40 pedidos de abertura de Universidade

Jorna de Angola...27-12-06

Ministério da Educação tem para aprovação cerca de quarenta pedidos de abertura de novas universidades privadas no país, a maior parte das iguais em Luanda, revelou ontem o vice-ministro da Educação para o Ensino Superior, Adão do Nascimento, em entrevista à Rádio Nacional de Angola.

A direcção do Ministério da Educação reconhece que não são suficientemente rígidos os critérios adaptados para abertura de Universidades em Angola e que urge a revisão dos mecanismos para o efeito.

Adão Nascimento afirmou que é preciso repensar todo sistema de ensino superior.

"Nós pensamos que a revisão de processos de abertura de novas instituições de ensino é importante e é urgente", disse, referindo que o Ministério trabalhará nisso a partir do próximo ano, pois "o Governo não pode ficar indiferente".

O facto de se pretender abrir tais estabelecimentos de ensino quase que unicamente em Luanda desagrada o Ministério. "O país tem dezoito províncias. Portanto, não se pode tolerar uma concentração assim tão desigual de abertura de instituições de ensino numa só província", disse, acrescentando que por essa e por outras razões é que se justifica o reenquadramento dos procedimentos de abertura de instituições de ensino superior no domínio da iniciativa privada.

O vice-ministro da Educação para o Ensino Superior afirma que esta fragilidade tem consequências na qualidade de ensino que se ministra em Angola.

"As normas actuais apresentam-se como um mecanismo muito frágil. A abertura de uma instituição de ensino superior tornou-se quase algo banal. E isso não pode ser assim. Se quisermos continuar a apostar em trabalhos e actividades académicas e pedagógicas de qualidade, não pode ser assim". Essa fragilidade, sublinha, tem repercussão na qualidade da actividade docente, pelo que é preciso reenquadrar tudo isso.

4.10 Cabinda precisa de mais salas de aulas

Jornal de Angola...28-12-06

O sector da Educação em Cabinda necessita de pelo menos 350 novas salas de aula, para atender os quatro mil alunos do ensino primário que estudam em capelas e noutros locais impróprios, segundo o director provincial da Educação e Cultura, João Chissina Mabiala.

Durante o ano lectivo recentemente terminado, ainda de acordo com o responsável local da Educação, o sector contou com cerca de 290 estabelecimentos de ensino, que permitiram resolver o problema das crianças que se encontravam fora do sistema de ensino. O responsável, que considerou de positivo o ano lectivo findo, pelo facto de não se terem registado paralizações ilegais que pudessem comprometer o programa pedagógico, disse que no referido período foram matriculados 120 mil alunos, em toda extensão da província, dos quais 88 mil no ensino primário (pré a 4ª classe).

Dos 120 mil alunos matriculados, cerca de mil concluíram a 8ª classe, mas encontram dificuldades de ingresso no ensino médio, devido a exiguidade de vagas nos institutos sediados na cidade de Cabinda.

O director Chissina Mabiala garantiu, no entanto, que o problema poderá ser ultrapassado com a implementação em breve de projectos de construção e reabilitação, de infra-estruturas escolares no município sede.

"O sector tem já projectada a construção de mais escolas do ensino médio nas zonas Sul e Norte da cidade para atender a camada estudantil das referidas áreas, apesar desta última ter já beneficiado recentemente de uma infra-estrutura, construída de raiz, no bairro Cabassango".

Refira-se que, actualmente a província conta com seis Institutos localizados na cidade de Cabinda e nos municípios de Cacongo e Búco-Zau, que, entretanto, carecem de mais salas de aula, para fazer face à demanda.

Cabinda conta ainda com quatro centros de formação profissional, para os cursos de comércio, hotelaria, docência, mecânica, construção civil, electricidade, carpintaria, entre outros.

O responsável manifestou a sua preocupação pelo facto do sector continuar a receber os materiais de apoio para os professores e alunos em número muito reduzido e com chegada tardia, o que tem criado embaraços no processo de reforma.

A falta de laboratórios e bibliotecas nas escolas são, entre outras, dificuldades apontadas pelo director provincial da Educação e Cultura.

A província controla actualmente quatro mil e 200 professores, distribuídos nos diversos níveis de ensino.

5 TERRA, HABITAÇÃO E URBANIZAÇÃO

5.1 O respeito pelo direito fundiário das comunidades rurais

Capital...01-12-06

INTERESSAR realçar que os princípios consagrados no artigo 4.º da Lei de Terras, têm a função de delimitar o âmbito do tratamento jurídico que a Lei de Terras vai dar às terras, através dos seus artigos. Aliás, não é por acaso que na sistematização da Lei de Terras, os princípios ocupam os primeiros artigos, exactamente para que o intérprete conheça os limites que estão sujeitas as matérias que serão tratadas.

O artigo 4.º, alínea f), da Lei de Terras, consagra o princípio da propriedade dos recursos naturais pelo Estado, significando com isto que a constituição de qualquer direito fundiário sobre os terrenos concedíveis do Estado, não implica a transmissão ou titularidade dos recursos naturais existentes, quer no solo, quer no subsolo.

Esta disposição é uma extensão do artigo 12.º n.º1 da Lei Constitucional que diz que "Todos os recursos naturais existentes no solo, nas águas interiores, no mar territorial, na plataforma continental e na zona económica exclusiva, são propriedade do Estado que determina as condições do seu aproveitamento, utilização e exploração".

Por outro lado, não é permitido a constituição de qualquer direito por acessão, significando com isto que se do terreno concedido vier a se juntar qualquer recurso natural movido por qualquer força da natureza, vejamos, ventos, chuvas, erosões, vulcões, etc., o titular do direito sobre o terreno não adquire qualquer direito sobre estes recursos. Isto decorre do n.º4 do artigo 10.º da Lei de Terras:

"A transmissão do direito de propriedade ou a constituição de direitos fundiários limitados sobre terrenos do domínio privado do Estado, ao abrigo do disposto na presente lei, não implica a aquisição, por acessão ou por outro modo de aquisição, de qualquer direito sobre outros recursos naturais".

A alínea e) do artigo 4.º da Lei de Terras, consagra o princípio do respeito pelos direitos fundiários das comunidades rurais, sendo o artigo 9.º da mesma lei, aquele que procurou ser mais expressivo quanto ao conteúdo desta tutela.

Este princípio significa que no processo de concessão de terrenos é necessário acautelar conflitos que poderão derivar do choque entre o terreno concedido e os direitos que as comunidades rurais eventualmente te-

nam sobre o mesmo. E aqui, a menção aos direitos fundiários das comunidades rurais é abrangente a todas as formas de gestão das terras por parte delas.

Estes dois princípios encontram uma linha de divergência quando em concreto constatarmos que para muitas comunidades rurais, todos os recursos naturais são pertença delas, herdados dos seus antepassados, por via do costume. Significa com isto que para elas não existe nenhum limite ao acesso e exploração dos recursos naturais.

Na Chibemba, município da Huíla, o granito é explorado por empresas licenciadas por instituições do Estado. A exploração deste granito causa um desconforto muito grande aos pastores daquela região porque, segundo eles, aquelas pedras representam o reinado dos seus antepassados, e a sua exploração significa a rotura entre os seus ancestrais e os caçadores da região, e, acima de tudo, têm a obrigação de tudo fazer para que o granito não seja explorado.

Parece que estamos perante um caso concreto do problema da compatibilização entre os dois princípios em análise.

Quais as explicações que podemos dar perante esta aparente incompatibilidade entre os princípios em análise?

1. O legislador da Lei de Terras falou dos recursos naturais na perspectiva de princípio, traçando apenas um regime geral entre a concessão e reconhecimentos de direitos sobre a terra e a propriedade dos recursos naturais pelo Estado.

2. O legislador da Lei de Terras não teve a tarefa de traçar o regime jurídico dos recursos naturais, mas sim o regime jurídico da terra propriedade originária do Estado integrada no seu domínio privado.

3. O regime jurídico de cada recurso natural é encontrado em legislação específica, sendo nestas onde encontraremos o tratamento jurídico da compatibilização entre a propriedade dos recursos naturais pelas comunidades rurais e o Estado.

4. A Lei n.º9/04 de 9 de Novembro, trata da terra enquanto elemento que suporta outros recursos naturais, quer no solo quer no subsolo, sem no entanto se preocupar especificamente com o regime de cada um destes recursos, entendendo com isto que há uma remissão para o regime jurídico de cada um dos recursos, como é o caso do artigo 30.º da Lei de Terras.

5. Ainda que resultasse qualquer incompatibilidade, atendendo que a matriz caracterizadora da gestão dos recursos naturais pelas comunidades rurais é o costume, recorreríamos às considerações feitas em relação ao costume enquanto elemento limitado pelo direito, o que resultaria no afastamento deste último por ser contra a lei.

Face a isto, como podemos encarar a questão?

1. Devemos partir da regra, constante do artigo 12 n.º1

da Lei Constitucional: "Todos os recursos naturais existentes no solo e no subsolo, nas águas interiores, no mar territorial, na plataforma continental e na zona económica exclusiva, são propriedade do Estado que determina as condições do seu aproveitamento, utilização e exploração".

Assim, as florestas, as águas, os peixes e todas espécies marinhas, entre outros, são propriedade do Estado. É necessário percebermos que estes bens são recursos naturais enquanto não autonomizados. O peixe quando capturado, a água fora do seu leito, já não são recursos naturais.

2. O Princípio do respeito pelos direitos fundiários das comunidades rurais é uma verdadeira excepção ao princípio da propriedade dos recursos naturais pelo Estado. Ora, sempre que a excepção apresentar qualquer dificuldade de aplicação, segue-se a regra. Esta dificuldade de aplicação da excepção, pode resultar da não harmonização entre a necessidade de aproveitar os recursos naturais pelo Estado e o respeito pelos direitos fundiários das comunidades rurais, que podem estar enraizados no costume.

3. É na legislação específica de cada recurso natural que vamos encontrar a resposta ao espaço reservado para as comunidades rurais, enquanto sujeitos susceptíveis de direitos sobre os mesmos.

5.2 Estrangeiros na propria terra

Capital...01-12-06

OS dizeres promocionais do complexo habitacional de luxo Bela Vista, inaugurado em Agosto último, são bastante elucidativos para quem passa pela Estrada do Benfica, no Morro dos Veados, ao lado do Campo de Golfe.

Nela se pode ler que viver bem, antes mesmo de um privilégio, é, acima de tudo, um direito. A verdade, reforça a publicidade daquele projecto habitacional, é que todos têm o direito ao conforto, tranquilidade e segurança, mas tal desiderato parece não estar ao alcance de todos. É verdade.

Mas na entrevista que concedeu a este jornal, o arquitecto António Gameiro alertava para esta perigosa realidade, ou seja, que não seriam os condomínios, em nenhum momento, a resolver o problema habitacional com que se confronta o grosso da população angolana. Um conhecido jornalista angolano, cujo nome omitimos, por razões óbvias, afirmava a certa altura que não há, em momento algum, interesse do Governo de Angola em resolver o problema habitacional da sua população.

Nas suas análises, o jornalista socorria-se, por exemplo, das últimas políticas governamentais, que mais estão para exclusão social do que propriamente uma vontade dos governantes deste país se reconciliar com os seus

governados.

Muitos poderão não se aperceber, mas cada vez mais os angolanos têm sido atirados para lugares cada vez mais distantes, sem condições para a habitabilidade huriTana, porque sem energia, nem água, de precário saneamento básico.

Mesmos os que ainda vão ficando por esta Luanda maltrapilha e repleta de ramela, acabam por estar detrás do betão armado das grandes construções habitacionais. Grande parte da população continua a ser empurrada para o «quinto dos infernos», em casas que só por uma unha negra não desabam, já que são erguidas de forma apressada por uma escória de chineses que em pouco tempo já aprendeu as malandricas de quem os contratou.

Na verdade, os angolanos estão completamente feitos estrangeiros na sua própria terra. Sem casa, porque desprovido de capital financeiro para comprar uma casa nas «talatonas» ou nas «novas vidas», porque custam cá uma fortuna, não espanta nada que um dia desses tenhamos mais angolanos debaixo da ponte do que em casas condignas que o Governo sempre promete naqueles discursos de atirar areia nos olhos do povo.

Aliás, quantos serão os angolanos com o bolso capaz de suportar os altos custos desses projectos imobiliários? Só para se ter uma ideia, a venda de uma moradia do tipo T3, no Luanda Sul, no Bairro Talatona, com espaço de estacionamento privado para duas viaturas, com uma suite, dois quartos, duas casas de banho, sala de jantar, sala de estar, cozinha e copa, lavabo social, casa de banho exterior, chega a custar, imagine, nada modestos 495,000.00 dólares. Isto para não falar dos demais tipos de moradias existentes.

Mesmo que em prestações, quantos angolanos terão capacidade para suportar tamanhos preços. Poucos, muito poucos mesmo.

Estamos ou não diante de lento, mas perigoso processo de exclusão social? Não foi, afinal, em vão que o tal jornalista de que falei tenha a dado momento da conversa pensado em disparar contra si um tiro certo que o levasse para o outro lado, para não continuar a presenciar a pouca-vergonha e o «crime» por que passam os angolanos. Mas, afinal, o que se pode então fazer, quando se tem um Governo que se parece mais distantes do povo que diz governar.

5.3 Bairro Fubu a Luanda que não aparece no mapa

Capital...01-12-06

Mas não é bem este o caso, porque a Fubu aqui retratada é apenas um bairro que, embora estando localizado na capital do país, pertencer ao município do Kilamba Kiaxi, é uma Luanda que não está no mapa. Contudo, é um bairro que cresceu como qualquer um outro: do dia para noite, a pouco e pouco, com os demais que se espalham ao longo de vários pontos de cidade.

É um bairro que parece anormal, porque polvilhada de casas construídas de forma aleatória, mas de gente normal, porque alegre, nalguns momentos, tristes, noutros, gente que sonha todos os dias com dias melhores, mas também gente repleta de frustrações, uma vez que os dias melhores que tanto anseiam nunca mais chegam.

Se a história do surgimento do nome do bairro já parece bizarra, mais esquisita ainda se torna a sua explicação. A tia Vitória, como é conhecida a vendedora de pão de um pequeno mercado que surge a medida que se vai avançando pela zona, revelou, por exemplo, que a pomposa denominação Fubu se deve a enorme poeira que se fazia sentir naquele local; «quando viemos aqui mora!».

Um rápido olhar pelo bairro, como que a descrever a linha da hipotenusa, permite conceder o benefício da dúvida à vendedora. Na verdade, são ainda visíveis grandes quantidades de areia, pelo bairro vários montículos teimam ainda em desafiar as várias viaturas que circulam naquele perímetro, onde, inclusive, nem os camiões, às vezes, escapam.

Outra vendedora, colega de bancada de Vitória, lamentou o facto da poeira invadir até ao momento as várias casas do bairro e acantonar-se nos móveis, nos quartos, enfim em todos os cantos. Nada é poupado. Aliás, «às vezes mesmo tapando bem o reservatório de água ou a panela de comida», a areia acaba por fazer das suas.

Mas por aqueles lados, o bairro da Fubu não é o único a ostentar tão imponente nome, pois os vizinhos Iraque, Simeone e Nação Coragem não lhe ficam a dever nada, não sendo, por isso, em vão que possuem, um ou outro pormenor a diferenciar, as mesmas características.

Por exemplo, desde que foram retirados da zona da Camama, onde viviam o grosso dos seus habitantes, para inaugurarem o bairro onde agora vivem, não sabem o que é ver uma lâmpada acesa com energia eléctrica da rede normal. «Nunca tivemos», lamentou o jovem Quim, de 22 anos de idade, cujos amigos fazem de si o «portavoz» da «Parada dos Pausados», um aglomerado de jovens que, agora que o período escolar chegou ao fim, passam o dia em conversa sobre como

será o futuro deles naquele bairro tão próximo de Luanda, mas também tão distante.

As lâmpadas, essas, até existem em todas as casas. «Mas», ironizou o mesmo Quim, «parece que estão só para enfeitarem as casas», sobretudo aquelas cujo poder de compra dos seus proprietário não as dotou de geradores eléctricos. (...)

Ademais, o bairro da Fubu é um autentico contraste com um outro bairro que cresce em paralelo. São os majestosos edifícios do projecto Nova Vida, que ali bem próximos alimentam os sonhos daqueles moradores, encham a vista de todos que um dia elegeram aquela zona para fixar uma residência. «Quem me dera um dia sair daqui e viver ali, no Nova Vida», pensa alto Quim.

Como ele muitos são os jovens que pensam da mesma forma (ver caixa), pois sabem que ninguém está proibido de sonhar, porque, afinal, o sonho comanda a vida das pessoas. Mas enquanto há vida, há também a esperança de que as coisas vão melhorar um dia. Não sabem quando, o certo é que, às vezes, quando fixam o olhar para o horizonte, uma luz parece acender no fundo de um túnel imaginário.

O que eles pretendem é que essa luz que se desenha, como que a significar o fim dos problemas daquela gente, seja na realidade uma saída e não mais um comboio em alta velocidade pronto a arrastá-los ainda mais no já longo mar de problemas com que já se confrontam todos os dias.

Quando, afinal, será o dia da sorte dos moradores da Fubu? A resposta, ao que parece, só o tempo saberá dar, porque cada dia é um dia diferente. Futuro? Melhor do que ninguém, eles (os moradores) sabem que só a Deus pertence.

5.4 Mais mil e 800 casas são construídas no projecto "Nova vida"

Jornal de Angola...04-12-06

A construção de mil e oitocentas casas no "Projecto Nova Vida" faz parte do pacote de projectos de construção a serem implementados a breve trecho em Luanda, deu a conhecer o ministro das Obras Públicas, Higinio Carneiro, durante uma visita efectuada ontem à segunda fase de construção de edifícios e residências naquela localidade.

A visita, efectuada em saudação ao Dia do construtor angolano, assinalado ontem, serviu para o dirigente constatar "in loco" o andamento das obras no referido projecto. Segundo Higinio Carneiro, no domínio das obras públicas, o sector estatal e privado têm trabalhado para a construção e reabilitação de escolas, sedes administrativas, hospitais, estradas, pontes, caminhos de ferro, acções que constam do programa

do Governo.

Neste sentido, sublinhou que ainda há muito por fazer, uma vez que se deve investir na formação de quadros para que o trabalho das empresas tenha cada vez mais qualidade, de acordo com os padrões internacionais. "Estamos conscientes das dificuldades que o sector enfrenta, pelo reduzido número de quadros especializados e falta de experiência de muitas empresas. Não obstante este facto, é positivo o número de empresas que investem no sector da construção civil e obras públicas", disse.

Por sua vez, o director nacional de Infra-estruturas e Obras Públicas, José André, disse que o trabalho de construção e reabilitação de infra-estruturas em todo o território angolano decorre a bom ritmo. Ele revelou que a terceira fase das obras realizadas em Luanda, avaliadas em quarenta milhões de dólares, terão o seu término no primeiro trimestre do próximo ano.

Na visita, em que se fizeram presentes directores nacionais e representantes de empresas de construção civil e obras públicas, os referidos responsáveis e técnicos puderam ver imagens projectadas das obras em curso no país, com ênfase para as províncias do Bié, Huambo e Kuando Kubango.

O encontro, que culminou com um almoço de confraternização, no centro desportivo do Projecto Nova Vida, os presentes puderam desfrutar de boas músicas, interpretadas por Yuri da Cunha, Maya Cool e Claudeth Chizungo, bem como de exposições do grupo Kilandukilo.

5.4 Conflitos de propriedades virou moda

Folha8...16-12-06

O bens imóveis existentes em Luanda estão exclusivamente destinados aos cidadãos influentes e ricos, a julgar pelas artimanhas perpetradas por estes, a fim de desapossarem os menos favorecidos dos seus patrimónios, ainda que estejam legalizados.

Munidos de juriconsultos e com influências nas instâncias forenses, vários "bosses" conseguem aplicar golpes de mestres aos humildes cidadãos, ficando com os bens patrimoniais em disputa, como se fossem os legítimos proprietários a serem roubados por pobres.

Neste "anómalo" processo, raro são os indivíduos modestos que saem vitoriosos, mesmo com a intromissão do tribunal na resolução da contenda.

Este acontecimento não é estranho ao luandense, faz parte do seu quotidiano, levando a concluir que para além da delinquência, saneamento básico, dos constantes cortes de energia e água, existem outros problemas, que afectam negativamente a capital.

Parafraseando o tema, Suzana José é mais uma autóctone, que tem de se defender das investidas dos

compatriotas "colossos", para evitar a perda do seu bem matrimonial. Esforço que por vezes chega a ser inútil, porque muitos não conseguem evitar o desaire.

A cidadina em causa está na iminência de perder a sua residência, localizada na rua José Anchieta, bairro Vila Alice, a favor de um oficial superior das Forças Armadas Angolanas, por sinal general.

Suzana José ocupa, há mais de 28 anos, a residência reivindicada pelo general Humberto Gonçalves. Tinha sido uma oferta do tio, que na altura era agente do extinto Corpo de Polícia Popular de Angola, constituía um dos famosos CPPA.

O imóvel ofertado à Suzana pelo seu tio era tido como um anexo, dependente de uma principal, que também lhe pertencia.

Com o passar do tempo, o agente da extinta CPPA resolveu vender a sua residência, deixando a sobrinha no anexo. A intenção era de lhe ver crescida e madura, pronta para enfrentar com firmeza as intempéries que a vida obriga.

Apesar de lhe ter sido ofertado o bem patrimonial, a cidadina em causa havia firmado um contrato com a Direcção Provincial de Habitação de Luanda, sendo o subscritor, Pedro Dala com quem vivia maritalmente.

Tendo em conta ao contrato de arrendamento, pagava as rendas pontualmente, por formas a evitar conflitos com a junta de habitação, disse.

Em consequência das mudanças operadas em Angola, relativamente à privatização dos imóveis do Estado, habilitou-se a compra da residência que ocupava, o nome do ex-marido continuava a figurar no contrato de compra e venda, tal como na primeira fase.

Após ter comprado legalmente a residência, como rezam os documentos em nossa posse, Suzana José enfrenta a primeira batalha judicial, estamos ainda no longínquo ano de 1997.

Luísa Manuel Fernando Victor, que havia comprado a residência nas mãos do tio de Suzana, também queria a todo custo ficar com o anexo.

Naquela altura, o Gabinete jurídico da Direcção Municipal de Habitação do Rangel deplorou a intenção desta, porque a autóctone que hoje se bate com o general Humberto pela mesma causa, tinha conseguido o imóvel através de métodos legais. "Ponderadas as questões de direito, orienta-se:

Que a família da senhora Luísa Manuel Fernando Victor se abstenha de perturbar o direito de uso e habitação da família da senhora Suzana José por estarem legalmente protegidas" extracto da decisão jurídica emitida pela Direcção Municipal de Habitação do Rangel, passada em 29 de Julho de 1998.

Estava vencida uma batalha. Meses depois, a primeira oponente vendeu a residência, para se livrar da vizinhança, que lhe tinha como uma pessoa de mau carácter, por tentar apossar-se fraudulentamente dum

bem alheio.

A semelhança de Luísa Victor, o segundo indivíduo a comprar a residência principal, também tentou reaver fraudulentamente o imóvel ocupado por Suzi, mas este desistiu de imediato ao tomar conhecimento da decisão da Direcção Municipal da Habitação do Rangel.

Por razões não detalhadas, o segundo oponente resolveu de igual modo vender a residência. O general Humberto Gonçalves, segundo Suzana José, surge justamente nesta fase, para sua tribulação.

Vendo o imóvel da autóctone, o digno general, de acordo com a reclamante, ofereceu-lhe a 15 mil dólares pela propriedade do seu bem patrimonial. A proposta foi prontamente rejeitada pela proprietária, deixando indignado o general Humberto Gonçalves, que, segundo ainda a reclamante, pretende edificar uma piscina naquele espaço. Chateado "resolveu fazer uma queixa no tribunal obrigando que lhe devolva o anexo, como se fosse dele, ainda me pede 1 milhão de kwanza. Isto é justo? Por ser general tudo lhe pertence! Confio na Justiça". Em reacção às declarações de Suzana José, Evaristo Maneco, advogado do general Humberto Gonçalves considerou legal a acção do seu cliente, tendo qualificado de improcedente a decisão da Direcção Municipal da Habitação do Rangel. No sentido de aprofundar a informação, solicitamos ao referido advogado o contacto com seu cliente, mas este mostrou-se indisponível.

5.6 Ancião e família são despejados no bairro operário

Jornal de Angola...20-12-06

Um ancião de 68 anos e sua família foram despejados da residência em que moravam, na rua de Ambaca, Bairro Operário.

No passado dia 27 de Setembro, Júlio Luís Manuel e os demais membros da sua família, mulher e quatro filhos, foram despejados da residência número 194-A, onde durante mais de 38 anos residiram.

"Estou a viver na rua desde o dia em que vieram aqui uns senhores ditos funcionários do tribunal, em companhia de quatro polícias, com uma alegada ordem de despejo. Aproveitaram-se da minha deficiência física e do facto de estar sozinho em casa para me colocarem na rua", disse.

Júlio Luís Manuel apresentou à equipa de reportagem do Jornal de Angola documentos da Junta de Habitação que, segundo ele, lhe dão o direito de posse do imóvel. Ele disse que o despejo tem origem na ambição da sua vizinha de porta, que, desde 2002, com falsos argumentos, vinha reclamando a posse do espaço, de aproximadamente 20 metros quadrados.

Júlio Manuel, carpinteiro de profissão, diz que no tempo colonial no lugar da residência havia uma mar-

cenaria. A casa foi-lhe dada pelo seu antigo patrão, que inclusive teve o cuidado de delimitar o referido espaço. "Como pode ela vir agora proceder desta forma, se quando cá veio morar já me encontrou?", interrogou-se, visivelmente abalado.

Segundo Júlio Manuel, de início a referida vizinha chegou a propor-lhe a venda do espaço, ao que de imediato recusou.

Júlio Luís Manuel mostra-se profundamente enraivecido por, devido ao estado de saúde débil, ser incapaz de impedir o roubo de seus haveres, assim como a força da natureza, que aos poucos lhe destrói o que ainda resta do mobiliário.

5.7 Noventa famílias serão realojadas

Jornal de Angola ...20-12-06

CERCA de 90 famílias que viviam ao longo do Caminho de Ferro de Luanda (CFL) foram já transferidas para outras áreas residenciais da capital, segundo deu a conhecer o director do projecto de reabilitação da linha férrea da capital, Paulo Manuel Kwanza.

Deste grupo, algumas famílias foram distribuídas em zonas como a Sapú, Zango e Panguila, enquanto que outras apenas receberam indemnizações pelo facto de as suas residências não terem sido destruídas na totalidade.

Estas pessoas começaram a ocupar paulatinamente a área (perímetro dos Caminhos de Ferro de Luanda) no final dos anos 80, devido à situação de guerra que o país vivia na altura.

Durante a guerra, as unidades do CFL, cujas linhas estendiam-se do Porto de Luanda à província de Malanje, dificilmente; podiam circular, uma vez que eram constantemente afectadas pelas acções militares.

Por este facto, a empresa foi perdendo as suas máquinas e homens, o que culminou na paralisação total dos CFL.

Após os acordos de paz; o Governo angolano traçou estratégias para a recuperação dos Caminhos de Ferro de Luanda (CFL), partindo da estação do Bungo até à localidade de Baia (Viana), numa empreitada iniciada em Outubro de 2003.

Orçado em cerca de 90 milhões de dólares, o projecto prevê também a recuperação de algumas estações e construção de outras, construção das oficinas, formação do pessoal, entre outras acções.

Desde Outubro de 2003 até ao final do presente ano, o grande empecilho para a conclusão das obras foram as construções anárquicas no perímetro dos Caminhos de Ferro de Luanda, (CFL).

Com a finalidade de se ultrapassar o impasse encetadas negociações com os ocupantes e só a partir de " Março

de 2004 é que se deu início ao processo de transferência das famílias que viviam neste perímetro, para outras áreas.

A retirada do pessoal permitiu garantir maior segurança às pessoas e seus bens.

5.8 Mais de duas mil casas vão ser erguidas no namibe

Jornal de Angola...27-12-06

A carência habitacional na província do Namibe poderá ser minimizada brevemente, com a construção de mais duas mil e 500 residências na sede provincial, no âmbito do programa do Governo de melhoria e aumento da oferta de bens e serviços sociais básicos à população.

Para além das residências referenciadas, o governo do Namibe tem em carteira um outro projecto, que visa a construção de residências em todos os municípios da província.

A informação foi avançada recentemente, no Namibe, pelo governador da província, Álvaro Manuel Boavida Neto, quando falava à margem do acta de inauguração de uma agência do BPC, no município do Namibe.

O governante, fazendo um breve balanço sobre a execução do programa do seu executivo, no biénio 2005/06, considerou-o de bastante satisfatório, na medida em que o seu grau de implementação ronda os 80 por cento, apesar de constrangimentos de vária ordem.

Segundo Álvaro Boavida Neto, a província do Namibe registou um crescimento bastante significativo nos domínios da educação, saúde, construção de infra-estruturas rodoviárias, abastecimento de água potável, fornecimento de energia eléctrica e na melhoria das condições básicas da população.

Ainda de acordo com Boavida Neto, apesar de os resultados alcançados serem positivos o governo do Namibe gostaria de fazer mais e melhor.

"Infelizmente, não foi ainda possível aumentar a intervenção do governo no sector produtivo, tendo em conta que a província foi estruturada para a exploração de produtos do mar. Estamos a subverter este quadro, valorizando outras áreas da vida produtiva, económica e social, por forma a surgirem outras ofertas de trabalho e melhor distribuição da renda da província" realçou.

A nível da Saúde, segundo o governante, registaram-se grandes melhorias com a construção de hospitais orçamentados, com mais de 60 camas, em todos os municípios. Na cidade do Namibe, para além do hospital provincial Ngola Quimbanda, foi erguida uma unidade hospitalar no bairro Valódia e está a ser construído um hospital materno-infantil, com capacidade para 300 camas, sendo 60 para a área materna e as restantes para pediatria, cuja conclusão está prevista

para Outubro de 2007.

No domínio da educação, ainda de acordo com Boavida Neto, o biénio 2004/06 foi o período em que se construíram mais escolas. Apesar disso acrescentou, cerca de 27 mil

crianças estão fora do sistema de ensino, por uma questão de consciência dos familiares e da aplicação da reforma curricular, que está a ser implementada no sector, e que, infelizmente, tem reduzido o número de crianças por salas de aula.

6 SERVIÇOS BÁSICOS

6.1 Chuvas desabrigam mais de cem pessoas em malanje

Jornal de Angola...09-12-06

Mais de cem famílias ficaram sem abrigo na província de Malanje, em consequência das fortes quedas pluviométricas que se registam na região, desde o passado mês de Outubro.

Para além da destruição de residências, as chuvas, que não param de cair na capital e arredores da província de Malanje, estão a criar muitos embaraços e a dificultar a vida dos munícipes.

As estradas secundárias e terciárias, que durante a época seca beneficiaram de obras de recuperação, voltaram a deteriorar-se, dificultando a livre circulação de pessoas e bens.

A população da periferia, principalmente a que vive a norte da cidade de Malanje, é a mais afectada, por residir numa zona pantanosa, propensa à inundações.

Segundo o vice governador para a esfera económica e Social, Gaspar Neto, a população que vive nas imediações do túnel que dá acesso à rede ferroviária foi muito afectada, pelo facto do mesmo nunca ter beneficiado de trabalhos de manutenção e restauro.

"Em quase todo território nacional a rede de esgotos, condutas e túneis de escoamento de águas estão antigos demais para aguentarem as cargas pluviométricas que se registam no país", disse Gaspar Neto, acrescentando que políticas estão a ser traçadas para se reverter o quadro.

Uma comissão técnica, coordenada pelo vice-governador para Área Técnica e Comunitária, Orubalino de Carvalho, foi já criada em Malanje, com o objectivo de estudar e definir acções de emergência que visem dar solução aos problemas inerentes à manutenção das condutas e túneis. A referida comissão terá também a missão de impedir a construção de residências em áreas propensas à inundações.

6.2 Bom Jesus esta privada de Água potável

Jornal de Angola...11-12-06

A população da comuna do Bom Jesus, no município de Icolo e Bengo, província do Bengo, está privada de água potável há mais de um mês.

De acordo com explicação dadas a uma comitiva governamental, chefiada pelo governador Jorge Dombolo, o facto deve-se a uma avaria técnica registada numa das turbinas que facilita a distribuição de água

aos consumidores.

A rede de distribuição de água para Catete e Bom Jesus, recorde-se, foi inaugurada o ano passado e a sua, paralização está a criar sérios transtornos aos munícipes da região.

Durante a sua estada no município de Icolo e Bengo, Jorge Inocêncio Dombolo manteve um breve encontro com a vice-ministra das Relações Exteriores, Irene Neto, com quem abordou questões ligadas à conclusão da casa da cultura, denominada Agostinho Neto.

O governante visitou igualmente as obras de terraplanagem do troço Catete/Tonhachiri, a rede de distribuição de água, bem como a zona da futura cerâmica industrial e comercial.

6.3 Cabinda melhora distribuição de Água potável

Jornal de Angola...23-12-06

Os níveis de produção e distribuição de água potável à cidade de Cabinda e bairros periféricos aumentaram de 750 para 950 metros cúbicos hora, de acordo com o chefe do Departamento Provincial de Águas e Saneamento, Filipe Barros.

Para se colmatar os constrangimentos que se verificavam no fornecimento de água potável aos consumidores, ainda de acordo com Filipe Barros, foram abertos três furos junto à estação de tratamento de água do Lucola, o que permitiu reforçar a produção e distribuição de água potável na ETA 1, que está a funcionar apenas com uma bomba de captação devido ao estado de degradação de alguns equipamentos.

"Estação de Tratamento de Água (ETA) do Lucola é a que mais fornece água à cidade de Cabinda e está neste momento com problemas técnicos, trabalhando apenas com uma bomba de captação. Graças a abertura de três furos estamos a satisfazer a demanda", disse.

Referiu, no entanto, que apesar de haver um aumento satisfatório no fornecimento de água potável à população da cidade de Cabinda, o actual nível (950 metros cúbicos/hora) ainda não satisfaz os anseios dos consumidores.

De referir que as capacidades de produção instaladas em algumas estações ainda não são exploradas na sua totalidade, por não estarem a funcionar em pleno, por questões logísticas e de assecuramento do pessoal em serviço.

A ETA 1, que deveria produzir acima dos 200 metros cúbicos de água/hora, está a fornecer apenas 120, ao passo que a ETA 2 está a fornecer 300 metros cúbicos, quando deveria produzir 450.

O nosso interlocutor sublinhou que a maior dificuldade do sector neste momento está relacionada com a distribuição de água potável às populações que residem nas zonas altas da cidade de Cabinda,

nomeadamente as residentes na zona da Igreja Rainha do Mundo e do Samba-Bar. O quadro, garantiu, poderá ser invertido com a perfuração de 25 furos, no âmbito do projecto "Abertura de Furos".

O referido projecto vai abranger ainda os bairros A Vitória é Certa, 1º de Maio, A Luta Continua e Luvassa, que também vivem situações do género.

Questionado sobre o estado actual da rede de distribuição de água potável da cidade de Cabinda, Filipe Barros disse que o governo da província contratou a empresa Bastotecnia, que está neste momento a trabalhar na mudança dos equipamentos da ETA 1 e 2, bem como na unidade de distribuição do Tchizo, para melhor servir os consumidores.

Quanto aos sistemas do Chimindele e do Buco Mazi, referiu que os mesmos estão paralisados por questões técnicas e que tudo está a ser feito para que as duas unidades voltem a funcionar sem sobressaltos ..

"Os equipamentos das duas unidades estão em condições e os técnicos estão a trabalhar na estabilização da corrente eléctrica, para o funcionamento normal dos sistemas. No nosso programa de acção existe um plano no triângulo Cabassango-Chinga -Su ba tando, para o abastecimento de água à província de Cabinda.", disse ..

No que diz respeito ao melhoramento de fornecimento de água potável às populações do município do Caongo e da comuna do Malembo, Filipe Barros disse que existe um projecto de recuperação das capacidades instaladas nos sistemas existentes nessas localidades, com vista a satisfazer a demanda dos consumidores. Para além da empresa Bastotecnia, de acordo com o nosso interlocutor, existe igualmente a empresa Mar e Terra que está a trabalhar na comuna do Massabi, na construção de uma estação de captação de água, para melhorar a distribuição à população local, que acarreta água na lagoa do Tchuksi, há 7 quilómetros da comuna.

Para os municípios do Buco Zau e Belize, de acordo com Filipe Barros, o Governo da Província de Cabinda possui um projecto bastante ambicioso, que visa melhorar os sistemas de captação de água potável naquelas localidades.

6.4 Obras do projecto de saneamento na Samba e no Aeroporto em bom ritmo

Jornal de Angola...23-12-06

Quando, na nossa edição de 20 de Outubro de 2003, anunciávamos em título na primeira página que a "Samba prepara mudanças", os mais cépticos - e que não eram poucos - franziram o cenho, tal era o cenário na estrada com o mesmo nome em tempó de chuvas que mal acreditavam numa reviravolta.

O anúncio de um conjunto de obras no quadro do Projecto de Saneamento de Luanda, com destaque para as valas de drenagem de águas pluviais, obras que prometiam e prometem projectar mudanças de fundo na actual fisionomia da Samba, mais se assemelhava, naquela altura, à tarefa do "vendedor de promessas" em terra onde todas as esperanças tinham morrido.

Passaram-se os anos e, afinal, o projecto foi ganhando corpo - e continua a ganhar, pois a obra ainda, não terminou! - e o cepticismo éomeça agora a dar lugar a um optimismo fundado .

O tempo das copiosas chuvas que deixavam a Samba toda enlameada, com os carros atolados - pessoas obrigadas a' abandonar as viatúras, a arregaçar as mangas e as calças e procurar um abrigo seguro -, com as casas invadidas pelas águas das chuvas quase até à altura das janelas, com os moradores da área surpreendidos pela chuva noutra parte da cidade mas preocupados com;os haveres em casa, já ficou para trás, está a ficar para trás!

De facto, a comprová-lo está o facto de, em tempo de balanço da terceira fase das obras, a situação ser hoje de longe comparativamente melhor, mesmo' não estando da - a terceira fase - concluída. A abertura provisória ao tráfego rodoviário da estrada da Samba no troço compreendido entre a vala 1, que dá acesso ao bairro Sagrada Esperança, e o hospital Josina Machel, a partir lo dia 19 de Dezembro, é isso testemunha. Este troço, que sofreu e está a sofrer intervenções para a duplicação da via, colocação de galerias de drenagem em betão armado, iluminação pública, redes de água potavel e esgostos e passeios é bem o exemplo da preocupação em, apesar de prosseguirem os trabalhos, não privar desnecessariamente os automobilistas de vias essenciais, por um lado, e, por outro, oferecer melhores condições de circulação rodoviária. O mesmo se passa em relação à estrada que liga o aeroporto ao bairro Cassequel do Buraco, também aberta provisoriamente ao tráfego a partir de 16 de Dezembro.

Para o engenheiro José. J. André, director nacional de Infra-Estruturas do Ministério das Obras Públicas e que responde pelo Projecto de Saneamento de Luanda, "era intenção de todos que as obras avançassem em ritmo mais acelerado para minimizar os impactos negativos da sua realização sobre a população, já que elas se desenvolvem em áreas densamente povoadas".

Mas - acrescentou - em função do realojamento de alguns populares, que é preciso fazer para que a obra tenha lugar, e das interferências que muitas vezes surgem das concessionárias de serviços públicos, pois há que harmonizar. isso tudo, inclusive o dia-a-dia' da cidade (a necessidade de manter o tráfego rodoviário fluído,. não se consegue cumprir o ritmo desejado. "Note-se que não se está a intervir numa área livre, mas sim habitada e com muitas intervenções e, como é

sabido, os trabalhos de restauro são mais demorados do que a construção de algo de raiz" frisou. Joanes André sublinhou por outro lado que "à medida que as obras vão ficando prontas é necessária a sua manutenção no que tange à limpeza das ruas, das valas, a recolha do lixo" e , particularmente - disse "há necessidade de disciplinar o trânsito automóvel para evitar que os taxistas parem no meio das vias, o que torna o tráfego automóvel mais lento e, nalguns casos, provoca mesmo engarrafamentos".

Em jeito de remate acrescentou: "é necessário que vários órgãos sejam envolvidos no propósito de garantir a funcionalidade das obras já executadas".

André Vital, director de Contratos da Odebrecht, empreiteira responsável pela execução das obras, é de opinião que "a implantação destas novas infra-estruturas está a transformar o tecido urbano local, possibilitando o fornecimento de serviços porta a porta à comunidade, antes inexistentes, tais como a recolha do lixo e transpõe público". O Programa de Saneamento Básico de Luanda considerou - tem sido acima de tudo um Programa de Requalificação Urbana.

As duas novas fases do Projecto de Saneamento já estão definidas e serão iniciadas ainda no primeiro semestre do próximo ano. Na Samba, as obras prosseguirão no Morro da Luz até a estrada do Golfo e no Aeroporto serão beneficiados os troços Rotunda do Aeroporto/Rua da FAPA e Terminal Doméstico/Tourada, na Calemba.

